

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-CULTURAL E A FOLHETERIA TURÍSTICA DE RIO PARDO (RS):
Um Estudo Exploratório

CLAUDIANA Y CASTRO

CAXIAS DO SUL - RS
2007.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-CULTURAL E A FOLHETERIA TURÍSTICA DE RIO PARDO (RS):
Um Estudo Exploratório

Claudiana Y Castro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Mestrado em Turismo da Universidade de
Caxias do Sul, como parte dos requisitos para
a obtenção do título de Mestre em Turismo.
Área de Concentração: Desenvolvimento do
Turismo. Linha de Pesquisa: Turismo, Meio
Ambiente, Cultura e Sociedade.

Orientação: Prof.a Dra. Margarita Barretto

Co-Orientação: Prof.Dr. Rafael José dos
Santos

Caxias do Sul – RS
2007.

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais Claudionor e Renilda, pela compreensão nos momentos que estive ausente e pelo apoio nos momentos que mais precisei.

Do mesmo modo ao meu querido irmão Maicon, pelo carinho e amizade.

Ao Leandro, pelo amor, companheirismo e apoio em todos os momentos desta jornada.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Caxias do Sul, pela oportunidade da realização do curso de Mestrado em Turismo.

À Professora Dra. Margarita Barretto, pelo interesse na orientação do trabalho, pela amizade e disponibilidade para atender nos momentos solicitados.

Ao professor Rafael José dos Santos pela sugestão do enfoque da pesquisa e pelas constantes co-orientações.

Aos professores Fábio Sager e Marcelo Ribeiro pelas dicas de leitura.

Aos demais professores do Mestrado em Turismo pelas trocas de conhecimentos e convivência durante o período do programa.

Aos meus colegas da turma V de uma forma geral, em especial as colegas e amigas Luciana Babinski, Karol Mota, Gisele Pereira e Cinthia Verbisth pela amizade, pelo acolhimento em Caxias do Sul e principalmente pelos momentos de construção do conhecimento que compartilhamos.

Da mesma maneira aos colegas da turma IV que me acolheram como aluna especial no programa.

Aos sujeitos entrevistados no Município de Rio Pardo, pelo interesse em participar da pesquisa que muito contribuíram com a realização do mesmo.

A ciência não corresponde a um mundo a descrever.
Ela corresponde a um mundo a construir.

Bachelard

Castro, Claudiana Y

As Representações Sociais sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística de Rio Pardo (RS): Um estudo exploratório/
Claudiana Y Castro. Caxias do Sul, 2007.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Turismo.
Universidade de Caxias do Sul, 2007.

Área: Desenvolvimento do Turismo Regional

Orientadora: Profa. Dra. Margarita Barretto

1. Turismo e Cultura 2. Representação Social. 3. Patrimônio
Histórico-Cultural 4. Rio Pardo – RS

RESUMO

O turismo é um fenômeno complexo, que abrange a esfera ambiental, social, cultural e econômica. A temática do patrimônio histórico-cultural assume um lugar muito importante na questão relacionada ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística, uma vez que, o poder público tem que ser socialmente responsável, divulgando como patrimônio aquilo que efetivamente é considerado como tal pela população local. Fundamentada no anterior, esta pesquisa de caráter exploratório qualitativo teve como objetivo geral analisar as relações entre as Representações Sociais dos entrevistados do Município de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística elaborada pela Prefeitura Municipal que traz a indicação do que o poder público entende que seja patrimônio histórico-cultural. Foi realizado um resgate teórico do conceito de Representações Sociais bem como de Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo. Para a coleta das informações foram feitas entrevistas abertas com 16 moradores do Município de Rio Pardo. Constatou-se que as Representações Sociais sobre o patrimônio histórico-cultural que os sujeitos entrevistados expressam está presente no discurso do poder público e mostram que a divulgação promovida pela última gestão através da folheteria turística, esta sendo ancorada e objetivada pelos sujeitos entrevistados. Também o apelo ao desenvolvimento do Município através da atividade turística, com o objetivo de gerar renda à comunidade é aceito pelos sujeitos entrevistados, que vêem no Turismo, a alternativa viável para o desenvolvimento da cidade e preservação dos bens históricos e culturais.

Conceito-chave: Turismo e Cultura, Representações Sociais, Patrimônio Histórico-Cultural, Rio Pardo -RS

ABSTRACT

Tourism is a complex environmental, social, cultural and economic fact. Heritage issues are relevant in planning and developing tourism since official agencies have social responsibility in promoting as heritage those expressions which are also considered heritage by locals. This is a qualitative exploratory research aimed to analyze the relation between social representations about heritage and the contents of tourism folders issued by municipal government. It begins with considerations on social representations theory, and heritage and tourism concepts. Field work was held with 16 inhabitants, who were interviewed with open questions. The conclusion is that social representations about heritage match the official discourse printed in tourism folders and that official discourse is anchored and objectified by those locals who were interviewed. They also accept that development through tourism will benefit local economy and all of them understand tourism is an alternative both for city development and for the conservation of heritage.

Keyword: Tourism and Heritage, Social Representations, Heritage, Rio Pardo-RS

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa do Brasil.....	68
Figura 02. Mapa do Rio Grande do Sul.....	69
Figura 03. Mapa da Divisão dos Conselhos Regional de Desenvolvimento Coredes.....	69
Figura 04- Mapa do Município de Rio Pardo.....	70
Figura 05-Planta da Fortaleza de Jesus Maria José.....	96
Figura 06-Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.....	97
Figura 07-Capela de São Francisco de Assis.....	98
Figura 08- Igreja Nosso Senhor dos Passos.....	99
Figura 09-Capela de São Nicolau.....	99
Figura 10- Solar do Almirante Alexandrino (Museu Barão de Santo Ângelo)...	100
Figura 11-Colégio Militar (Centro Regional de Cultura de Rio Pardo).....	101
Figura 12-Antiga Casa da Câmara e Presídio.....	102
Figura 13-Espaço Cultural Panatieri.....	102
Figura 14- Antigo Hotel Brasil e Prefeitura Municipal	103
Figura 15-Clube Literário e Recreativo.....	104
Figura 16-Rua da Ladeira.....	105
Figura 17-Ponte do Couto.....	105
Figura 18-Fazenda Abellina.....	106
Figura19- Procissão de Sexta-Feira Santa - Público.....	107
Figura 20- Procissão de Sexta-Feira Santa – Senhor Morto.....	107
Figura 21- Carnaval de Rua.....	108

Figura 22- Sonhos Portugueses.....	108
Figura 23- Feira dos Sonhos de Inverno de Rio Pardo, 2005.....	109
Figura 24- Festa Portuguesa de Rio Pardo, 2005.....	109
Figura 25- Praia dos Ingazeiros.....	110
Figura 26- Balneário Porto Ferreira.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sujeitos de Pesquisa	18
Quadro 2: Principais distâncias de Rio Pardo.....	71

SUMARIO

Resumo.....	05
Abstract.....	06 ¹³
Lista de Figuras	07
Lista de Quadros.....	09
1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Delimitação do Tema e Problema.....	12
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	13
1.3 Metodologia.....	14
1.3.1 Pesquisa de Campo Piloto.....	15
1.3.2 Sujeitos de Pesquisa.....	17
1.3.3 Instrumentos de Pesquisa.....	20
1.3.4 Análise Qualitativa.....	21
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	23
2.1 Conceitos de Representações Sociais.....	24
2.2 Processo de Ancoragem e Objetivação.....	30
2.3 Funções das Representações Sociais.....	32
2.4 Dimensões das Representações Sociais.....	33
3. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL.....	36
3.1 Cultura.....	37
3.2 Patrimônio Histórico.....	38
3.2.1 Monumento Histórico.....	40
3.3 Patrimônio Cultural.....	43
3.4 Turismo Cultural.....	49
3.4.1 Uso Turístico do Patrimônio Histórico- Cultural.....	52
4. RIO PARDO: CENÁRIO DE ESTUDO.....	58
4.1 Os Portugueses no Rio Grande do Sul.....	59
4.2 A Formação de Rio Pardo.....	60

CAPITULO 1:

INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do Tema e Problema

A presente pesquisa parte da perspectiva da teoria das Representações Sociais, que, devido ao seu caráter interdisciplinar, tem sido aplicada às diversas áreas do conhecimento e, cada vez mais, tem aumentado o seu foco de abrangência. A atividade turística, por sua vez, tem sido um campo propício para sua aplicação, porque através do estudo das Representações Sociais identifica-se as reais concepções da comunidade sobre este fenômeno nas suas diversas manifestações.

Nesse sentido, o presente estudo discorre sobre as Representações

Sociais dos entrevistados a respeito do patrimônio histórico-cultural do Município de Rio Pardo, e a relação dessas pessoas com a folheteria turística.

As Representações Sociais elaboradas pelos entrevistados, constituem-se em elementos significativos para determinação dos reais interesses da comunidade frente aos seus patrimônios.

A escolha de abordar a temática do patrimônio histórico-cultural iniciou quando a autora cursou disciplinas no Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, mais especificamente a disciplina de Turismo e Patrimônio Histórico-Cultural.

A partir disso, buscou-se realizar a pesquisa no Município de Rio Pardo, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, que integra a Região do Vale do Rio Pardo, município este que foi um dos primeiros a serem fundados no Estado.

Considerando o interesse da pesquisadora na temática do patrimônio cultural, justifica-se a escolha do Município de Rio Pardo, pela importância de analisarem-se as Representações Sociais dos entrevistados a respeito dos prédios, das casas, das ruas, das festas ligadas à cultura luso-açoriano existentes no Município e divulgados pela Secretaria de Turismo como patrimônio histórico-cultural e atrativo turístico.

A temática do patrimônio histórico-cultural assume um lugar muito importante na questão relacionada ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística, uma vez que, o poder público tem que ser socialmente responsável, divulgando como patrimônio aquilo que efetivamente é considerado como tal, pela população local.

Assim, considera-se importante discorrer sobre este tema, visto que no Município de Rio Pardo existe a necessidade de maior informação para subsidiar políticas e ações locais sobre o uso do patrimônio cultural, uma vez que este uso deve ter posturas que asseguram a sua continuidade.

A partir disso, a pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: Quais são os elementos que constituem a Representação Social dos sujeitos entrevistados no Município de Rio Pardo, sobre o patrimônio histórico-cultural e qual a relação com a folheteria turística?

1.2 Objetivos da Pesquisa

Para realizar essa pesquisa, teve-se como principal objetivo, analisar as relações entre as Representações Sociais dos sujeitos entrevistados no Município de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística. Como objetivos específicos, buscou-se identificar e analisar as Representações Sociais dos entrevistados de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural. Objetivou-se ainda apresentar a folheteria turística que traz a indicação sobre o que o poder público entende que seja patrimônio histórico-cultural.

1.3 Metodologia

Na busca da compreensão sobre as Representações Sociais dos sujeitos entrevistados no Município de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural, entendeu-se que a análise dialética histórico-estrutural parece ser a mais indicada para a compreensão dos processos históricos e das representações resultantes das entrevistas.

A dialética histórico-estrutural, como proposta por Demo (1980, p. 94), “tem como marca reconhecer, no mesmo patamar de relevância, condições objetivas e subjetivas das estruturas históricas, que são formas de acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade social é pelo menos regular”.

Segundo Konder (1981, p. 84) o método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que esta sendo em nome do que “ainda não é”.

Conforme Chatelet (apud HAGUETTE,1990, p.13), “a dialética é, em primeiro lugar, o movimento real de uma unidade no seu fazer e não o estudo, mesmo “funcional” e “dinâmico”, de uma unidade já feita”.

Uma virtude da dialética é a de respeitar a complexidade da realidade social, visto que a ciência é uma estratégia inquisidora, que levanta perguntas,

muito mais do que colhe respostas. As perguntas são as mesmas, enquanto que as respostas são incrivelmente discutíveis.

A pesquisa constituiu-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, visto que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Busca a compreensão da realidade humana vivida socialmente, ou seja, procura compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que são integradas de crenças, valores, atitudes e hábitos. (MINAYO, 1994). Também, conforme Goldenberg (1999, p.18), os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais, e isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade. Neste sentido é que esta pesquisa buscou analisar as Representações Sociais dos sujeitos, visto que as mesmas não podem ser quantificadas. Assim, numa visão qualitativa, buscou-se compreender os valores, as crenças, as motivações e os sentimentos frente ao patrimônio histórico-cultural dos sujeitos entrevistados no Município de Rio Pardo.

1. 3.1 Pesquisa de Campo Piloto

O trabalho de campo iniciou-se com uma pesquisa piloto no mês de dezembro de 2005. Esta primeira etapa da pesquisa buscou testar o roteiro de entrevista desenvolvido para o estudo, e também obter informações para a construção do Projeto de Qualificação, que foi apresentado em abril de 2006. O objetivo da pesquisa estava pautado na análise comparativa das Representações Sociais da comunidade Rio Pardense sobre o patrimônio histórico-cultural, com o que a folheteria turística indicava como sendo patrimônio histórico-cultural. Porém, quando da qualificação do projeto, a banca sugeriu que não comparasse as Representações Sociais dos moradores com a folheteria e sim, fizesse uma análise das relações entre elas. Na pesquisa piloto foram feitas duas tentativas de entrevistas, a primeira tentativa foi através de uma abordagem junto aos moradores que estavam transitando pelas ruas

de Rio Pardo, porém esta opção não teve sucesso. Os cidadãos que eram abordados pela pesquisadora não se dispunham a responder o roteiro de entrevista proposto, destacando vários motivos, entre eles: não tinham tempo, pois estavam trabalhando ou tinham compromisso marcado, declaravam que não queriam comprar nada, antes mesmo que a pesquisadora explicasse do que tratava a entrevista, além disso, muitas vezes as pessoas se negavam a responder a pesquisa, declarando que elas não sabiam o que dizer. Depois de várias tentativas conseguiu-se chegar a um número de dez entrevistados, constituindo-se assim em um número relativamente bom de sujeitos para a pesquisa piloto. A outra tentativa foi através de um contato com algumas empresas locais, objetivando entrevistar os colaboradores das mesmas. No entanto, os diretores não permitiram que fosse aplicada a entrevista durante o expediente de trabalho, argumentando que os colaboradores não poderiam parar o seu trabalho para dar atenção à pesquisadora.

Cabe destacar aqui, as dificuldades enfrentadas pela pesquisadora para conseguir entrevistar a comunidade, isto se justifica por uma série de questões, como por exemplo, o medo que os cidadãos têm de se expor frente à mídia do Município, visto que isso foi relatado pelos entrevistados muitas vezes. A indisponibilidade de ser entrevistado, pois quando era feito o contato com o potencial sujeito, o mesmo salientava motivos sem fundamentação para não dispor de tempo para tal entrevista, e ainda a falta de interesse dos moradores em expor suas idéias, salientando que não estariam contribuindo com a pesquisa.

Realizadas as entrevistas com os dez sujeitos na rua, foram sistematizadas as informações e levadas para a qualificação. Por sugestão da banca de qualificação trabalhou-se com uma entrevista aberta. A entrevista aberta conforme sugere Thompson (1992), deve ter questões simples, com linguagem clara e coloquial, para que o sujeito possa falar livremente sobre o assunto proposto.

O desdobramento metodológico que resultou no presente estudo foi realizado entre os meses de junho, julho e agosto de 2006, pela autora, que entrevistou sujeitos do Município de Rio Pardo, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa com informações sobre as Representações Sociais do

patrimônio histórico-cultural, como será detalhado no item a seguir. A partir das informações levantadas com o roteiro de entrevista aberta, conseguiu-se chegar aos resultados da presente pesquisa, os quais deve-se salientar que não atingiram a totalidade da população Rio Pardense dada as dificuldades anteriormente citadas.

1.3. 2 Sujeitos de Pesquisa

O processo de escolha dos sujeitos para a entrevista ocorreu seguindo os seguintes critérios de seleção: que fossem naturais do município, sendo que a partir disso, o entrevistado teria uma relação de vida com o mesmo, dada a importância histórica do seu município de origem. Também utilizou-se o critério de idade, sendo que houve interesse em entrevistar os sujeitos com idade acima de 50 anos, pois poderiam contribuir com suas histórias de vida e por fim, aqueles que tivessem disponibilidade de tempo para a entrevista e vontade de conversar sobre as questões do patrimônio, visto que a pesquisadora realizou as entrevistas de segunda-feira à sexta- feira, tempo disponível pelos entrevistados, pois no final de semana os mesmos saem para viajar ou recebem visitas em suas casas.

A partir disso, foi contatada uma senhora moradora de Rio Pardo, que faz parte do Clube de Mães da cidade, por indicação da Coordenadora do Centro Regional de Cultura de Rio Pardo, questionando-a sobre a possibilidade de disponibilizar algum tempo para ser entrevistada, sendo que a mesma disponibilizou a sua casa para servir de local para a entrevista. A esta senhora, foi solicitado a indicação de outro morador de Rio Pardo para também ser entrevistado. Foi solicitado o endereço e o telefone do indicado para agendar a entrevista.

Houve então, o contato por telefone com o sujeito que participou da pesquisa, com o objetivo de agendar o encontro. Inicialmente, logo após o contato de viabilização da entrevista, foi solicitado ao mesmo sujeito a indicação de outro morador de Rio Pardo que colaborasse com a pesquisa, resultando assim em uma cadeia aleatória de entrevistados.

Por fim, foi feito um contato com 28 pessoas, sendo que desse número, somente 16 moradores disponibilizaram duas horas do seu dia para serem entrevistados.

No quadro abaixo é possível verificar o perfil dos sujeitos entrevistados.

Sujeito	Nativo de Rio Pardo	Idade	Profissão
Aida Aparecida dos Santos Ferreira	Rio Pardense	56 anos	Professora
Carmem Rezende	Rio Pardense	77 anos	Professora
Cirilo Ferraz	Rio Pardense	63 anos	Policial Militar
Ceni Lisboa	Rio Pardense	54 anos	Professora
Eneiva Muller	Rio Pardense	57 anos	Professora
Elvira Panatieri	Rio Pardense	67 anos	Bióloga
Fernando Wunderlich	Rio Pardense	75 anos	Advogado
Getúlio Franco	Rio Pardense	57 anos	Artesão
Ivone Heitling	nasceu em Santa Cruz do Sul, mas criou-se em Rio Pardo	56 anos	Do lar
Jardelina Bandeira	Rio Pardense	70 anos	Cozinheira
Liane Marques	Rio Pardense	52 anos	Artesã
Marlene Franco	Rio Pardense	54 anos	Artesã
Silvia Barros	Rio Pardense,	51 anos	Professora
Sérgio Silveira	Rio Pardense	69 anos	Engenheiro eletrônico
Vera Schultze	Rio Pardense	52 anos	Arquiteta
Valídio Scherer	Rio Pardense	62 anos	Professor e Músico

Quadro 1: Sujeitos de Pesquisa

Fonte: a autora.

É necessário ressaltar que durante a pesquisa de campo, foi entrevistada uma senhora que nasceu no Município de Santa Cruz do Sul, porém foi residir no Município de Rio Pardo com cinco anos de idade. A sua colaboração com a pesquisa foi com total espontaneidade que a autora considerou a sua participação, visto que o fato de ter ido residir no município na sua infância conta muito, pois é nesta fase da vida que se formam as primeiras percepções de mundo.

No dia marcado para a entrevista, em um primeiro momento foi feita a apresentação da pesquisadora, bem como da proposta da pesquisa. A partir disso, foi entregue o termo de consentimento ao residente e solicitado ao mesmo a sua leitura e posterior assinatura para que não houvesse distorção de suas falas (Apêndice A). Foi feito este documento, visto que no município de Rio Pardo, existe uma forte vinculação de qualquer assunto com as questões políticas.

Cabe ressaltar, que embora o foco de pesquisa fosse a comunidade local do Município de Rio Pardo, de fato não foi atingida a totalidade da população, porém, a pesquisa está representada pelos sujeitos entrevistados e pelas referências bibliográficas sugeridas.

De acordo com Minayo (1995, p.43), “esse tipo de pesquisa (qualitativa) não pode basear-se no critério numérico, para poder garantir sua representatividade. A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”.

Conforme o conceito de corpus da teoria das Representações Sociais as informações suficientes para a pesquisa são aquelas que respondem o problema de pesquisa. Destaca-se também que os moradores que formam o grupo de pessoas que foram entrevistadas pela pesquisadora, possuem alguma relação com as questões culturais do Município de Rio Pardo.

A pesquisa foi realizada com os moradores que residiam no centro da cidade (8 entrevistados), com os moradores do bairro Ramiz Galvão (3 entrevistados), além disso com os moradores do bairro Fortaleza (5 entrevistados), constituindo-se em um total de 16 entrevistados que atenderam aos objetivos da pesquisa sob uma abordagem qualitativa.

O número de sujeitos entrevistados foi sendo denominado pelo conteúdo das entrevistas. Conforme Goldenberg (1999, p.14), “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social”.

1.3.3 Instrumento de Pesquisa

Como instrumento metodológico foi utilizado um roteiro de entrevista aberto. Conforme Voldmam (1997, p.33), a fonte oral serve como elemento comprobatório, como prova histórica¹. Os entrevistados foram abordados a partir da mesma pergunta inicial, que consistia em saber qual a importância do patrimônio histórico- cultural de Rio Pardo para eles.

Em um segundo momento, mostrou-se somente as figuras dos elementos divulgados como patrimônio pelo poder público de Rio Pardo. A partir disso, o entrevistado foi questionado se conhecia as figuras, se ele sabia o que era, se ele já as teria visitado, que lembranças ele teria daqueles elementos e qual a importância e o significado para ele. (Apêndice B)

A partir disso, as perguntas restringiram-se apenas ao aprofundamento das questões colocadas pelos entrevistados, deixando-os livres para fazerem as observações que considerassem pertinentes. A pesquisadora se restringiu basicamente a perguntas que exigiam respostas de definição, sobre qual era a representação do patrimônio para o entrevistado.

Para o registro dos relatos e depoimentos dos entrevistados de Rio Pardo foi utilizado um microgravador, marca Panasonic, modelo RN- 305, 5,0 cm de largura e 10,0 cm de comprimento, com pilhas. Cada entrevista durou em média uma hora, sendo que após o termino da mesma, foram feitos os agradecimentos com o microgravador desligado. Foram feitas em média três entrevistas por dia, sendo que imediatamente após as entrevistas realizou-se a transcrição das mesmas, seguida da leitura do material, intercalando a escuta do material gravado com a leitura do material transcrito, de modo a afinar a escuta, buscando deixar aflorar as categorias a serem analisadas nas entrevistas.

Durante a pesquisa de campo, foram fotografados os elementos que constam na folheteria turística e que são considerados como patrimônio histórico-cultural pelo poder público, para posterior análise dos mesmos em relação às representações sociais dos entrevistados. Com esse registro fotográfico, segundo Achutti (1997, p.24), buscam-se “evidências para documentar a realidade social” dos elementos que compõem o patrimônio

¹Segundo Voldman (1997, p. 249), a “ fonte oral, seja provocada por aquele que ira servir-se dela para a sua pesquisa, seja utilizada por um outro historiador, tem a priori um status de fonte”.

histórico-cultural do município. Foi utilizada para o registro fotográfico câmera digital Sony *cyber shot* DSC- P200, 7.2 megapixels.

Foi realizada uma pesquisa documental da folheteria turística dos últimos doze anos de gestão municipal, ou seja, das últimas três gestões municipais, constituindo-se em quatro (4) *folders*, sendo que a atual gestão publicou dois *folders* distintos. As informações destes *folders* foram transcritas e as imagens foram coletadas através do recurso fotográfico.

1.3.4 Análise Qualitativa

A partir da transcrição das entrevistas e da leitura das mesmas, selecionaram-se as categorias temáticas que foram consideradas mais importantes. Esta seleção foi feita procurando-se contemplar o que estivesse presente com maior frequência. Após a análise das três primeiras entrevistas, foi possível categorizar, sendo que a partir daí, pode-se perceber a repetição de temas que poderiam ser agrupados na mesma categoria.

As seguintes categorias foram selecionadas, a história, a memória, o pertencimento, a identidade, a arquitetura, a cultura (gastronomia, música, hábitos, costumes), a religiosidade, a herança, a preservação e a valorização.

Para a análise das informações utilizou-se a técnica de análise do discurso do sujeito coletivo descrita por Simioni e Cols (apud Lefevre e Teixeira, 2000), que são: idéia central, expressões-chave e discurso do sujeito coletivo.

A idéia central refere-se a categoria que foi selecionada das falas dos sujeitos entrevistados. As expressões-chave remetem a própria fala literal dos informantes. A partir disso, procurou-se esquematizar, através da identificação das expressões-chaves de cada sujeito entrevistado, as principais representações expressas no discurso. A seguir, buscou-se elaborar os discursos dos sujeitos coletivos, que é a última etapa da metodologia utilizada, constituindo-se na análise da relação entre as Representações Sociais sobre o patrimônio histórico- cultural e a folheteria turística.

A dissertação encontra-se delimitada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução com o histórico da pesquisa, explicitando, tema, problema, objetivo geral e específico e a

metodologia utilizada na mesma.

No segundo capítulo são discutidos os conceitos relacionados à teoria das Representações Sociais, buscando utilizar os referências teóricas da psicologia social para a construção do campo de pesquisa em turismo.

O terceiro capítulo traz os conceitos e as abordagens referentes à cultura e a patrimônio histórico-cultural, notadamente nos aspectos específicos aos bens tangíveis e intangíveis. Destaca-se também uma abordagem holística do turismo cultural e das questões relacionadas ao uso turístico do patrimônio histórico-cultural.

No quarto capítulo apresenta-se o local de estudo, Rio Pardo, contendo uma contextualização histórica sobre a ocupação militar portuguesa no Estado do Rio Grande do Sul, bem como uma caracterização histórica da colonização açoriana no município até a atualidade.

No quinto capítulo, apresentam-se as informações fornecidas pelos entrevistados durante a pesquisa de campo, constituindo-se em uma análise da relação entre a Representação Social dos sujeitos do município de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística.

Acredita-se que a presente pesquisa contribui de forma significativa na construção de um conhecimento interdisciplinar do fenômeno turístico. Isso porque, trata-se de um tema ainda pouco examinado no campo teórico do turismo. A contribuição se dá essencialmente pelo fato de se analisar as representações sociais sobre o patrimônio cultural e a relação com a folheteria turística no contexto particular do Município de Rio Pardo, possibilitando a construção de um conhecimento científico que possa servir de subsídio para o planejamento e desenvolvimento sustentável da atividade turística.

CAPÍTULO 2:

FUNDAMENTOS TEÓRICOS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

"Construir uma Representação Social de um objeto é compartilhar dos modelos de pensamento e de explicações existentes na sociedade"

Maria de Fátima Santos (2000)

No presente capítulo apresentam-se os pressupostos teóricos sobre a Representação Social partindo da psicologia social. Logo, apresentam-se alguns conceitos sobre a teoria das Representações Sociais, bem como, algumas análises. Em seguida, abordam-se as questões sobre o processo de ancoragem e objetivação, bem como as funções e dimensões das Representações Sociais. Este capítulo pretende discutir o uso do conceito de representações, tendo em vista as suas implicações teóricas na compreensão do patrimônio histórico-cultural.

Algumas obras são fundamentais para tal discussão e este capítulo considera como base teórica no que tange a teoria da Representação Social os aportes teóricos de Abric (2000), Arruda (1998), Denise Jodelet (1996), Pedrinho Guareschi (1995), Serge Moscovici (1981), Sandra Jovchelovitch (2000), Sa (1996), Spink (1995).

É necessário destacar que não se pretende esgotar as possibilidades

de discussão do referido campo, mas buscar subsídios para o entendimento de alguns aspectos fundamentais para a análise da presente pesquisa.

2.1 Conceitos de Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais é uma vertente sociológica da Psicologia Social que se originou na Europa com a publicação, em 1961, do livro *"La psychanalyse: son image et son public"*, de Moscovici.

A psicologia social aborda as Representações Sociais no âmbito do seu campo, do seu objeto de estudo – a relação indivíduo-sociedade – e de um interesse pela cognição, embora não situado no paradigma clássico da psicologia: ela reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Em suma, como interagem sujeitos e sociedade para construir a realidade, como terminam por construí-la numa estreita parceria que, sem dúvida, passa pela comunicação.

Moscovici nos ensina que as Representações Sociais são “uma maneira de interpretar o cotidiano – uma forma de conhecimento social” e, ainda “um conjunto de conceitos, proposições e explicações que se originam na vida diária no processo das comunicações inter-pessoais; são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais: elas poderiam igualmente serem vistas como a versão contemporânea do senso comum” (MOSCOVICI, 1981, p.181-186). As Representações Sociais designam o modo como o saber do senso comum, ou ainda, o saber popular, do conhecimento do cotidiano, se transforma numa espécie de conhecimento distinto do conhecimento científico.

Segundo Arruda (1998, p.11) “a teoria das Representações Sociais,

inaugurada por Serge Moscovici, vem nos últimos anos expandindo sua produção teórica e seu campo de aplicação”. Essa autora informa que os estudos sobre as representações sociais tiveram início no Brasil a partir dos anos 80, com Denise Jodelet que vem aprofundando esta linha teórica.

Nesse sentido, conforme Moscovici (1978, p.50), “as Representações Sociais são teorias, ciências que interpretam e elaboram o real”. Para Jodelet (1986) as Representações Sociais são como imagens compartilhadas que condensam um conjunto de significados.

Ressalta-se que as Representações Sociais são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo e assim por diante. Essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão, necessariamente, ancoradas no âmbito da situação real e concreta dos indivíduos que as emitem.

Conforme Jovchelovitch (2000, p.41), as Representações Sociais são “fenômenos simbólicos produzidos na esfera pública [...] nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano”. Nesse processo, a autora informa que as representações sociais enquanto fenômenos expressam, em sua estrutura interna, permanência e diversidade, tanto a história como realidades atuais. A permanência e a diversidade ocorrem nas construções das representações porque diferentes atores sociais atribuem significados aos objetos sociais de conformidade com a posição que cada um deles ocupa no conjunto da sociedade.

Na busca de uma conceitualização, Jodelet (1996), diz que o conceito das Representação Social designa uma forma de conhecimento específico, o saber de sentido comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos funcionais socialmente caracterizados. Em um sentido mais amplo, designa uma forma de pensamento prático orientado pela comunicação, compreensão e pelo domínio do entorno social, material e ideal. (tradução da

autora).

Acredita-se que as Representações Sociais são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade do sujeito e o objeto do conhecimento. Ou ainda, é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, tendo um objetivo prático e servindo à construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Segundo Moscovici (2003, p. 54, 56), “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade que é caracterizada pela não presença real de algo ausente, a exatidão relativa de um objeto”.

Abric (2000, p. 27), por sua vez, “informa que a “visão de mundo” que os indivíduos ou os grupos sociais têm e utilizam para agir e para tomar posição, é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e clarificar os determinantes das práticas sociais”. Neste sentido, as Representações Sociais se manifestam em palavras e condutas, e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais.

Segundo Moreira e Oliveira (1997) os sujeitos e os grupos estabelecem relações sociais através das representações que eles constroem e nesse processo de representação transita o pensar, o falar, o sentir, o criar, o desejar e o agir do sujeito. Concordando com isto, Wagner (2000, p. 11) afirma que a interação entre as pessoas expressa e confirma suas crenças subjacentes, porque a representação é sempre uma unidade do pensar e do fazer das pessoas. Este autor adverte que “uma representação é mais do que uma imagem estática de um objeto na mente das pessoas; ela compreende também seu comportamento e a prática interativa de um grupo”.

Isto é explicado por Jovchelovitch (2000, p. 117):

As representações são estruturas que envolvem, (...), a cognição, os afetos e a ação. A cognição, porque as representações envolvem certo modo de conhecer o mundo. Elas são saberes sociais, isto é, formas de saber e fazer que circulam em uma sociedade, que são parte da cultura popular, erudita e científica, que se mesclam e penetram umas nas outras, e emergem como recursos que uma comunidade dispõe para dar sentido a sua realidade e entender seu cotidiano. Os afetos, porque saber envolve o desejo de saber ou desejo de não-saber, envolve investimento e paixão em relação ao objeto do saber e ao ato do saber. Representar (...); é um ato que vem de gente que pensa e sente, que tem motivos e intenções, que

sustenta uma identidade e vive em um mundo social. A ação, porque a cognição e os afetos são atividades que envolvem sujeitos que falam, relacionam-se se engajam e assim por diante.

Nessa linha de pensamento, os indivíduos ou os grupos não devem ser vistos como “receptores passivos”. Ao contrário, de modo constante, eles “produzem e comunicam representações” (MOSCOVICI, 1981, p.183). Em outras palavras, eles são atores sociais. É importante salientar que há uma permanente construção social da realidade que se dá através e no fluxo das interações comunicativas cotidianas. Assim sendo, “a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas” (ABRIC, 1997, p. 28),

Na visão de Spink, (1995, p. 118). “as Representações Sociais, enquanto formas de conhecimento, envolvem cognição e afeto e, desta monta, não podem ser reduzidas apenas ao seu conteúdo cognitivo. Precisam ser entendidas, assim, a partir do contexto que as engendram e a partir de sua funcionalidade nas interações sociais do cotidiano”.

Adotar a teoria das Representações Sociais para o entendimento dos fenômenos implica numa constante integração sujeito-objeto para que os significados venham à tona, pois,

(...) não existe uma realidade objetiva apriori, mas sim que toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstituída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca (ABRIC, 1997, p. 27).

Guareschi (1995) informa que nas Representações Sociais “estão presentes elementos dinâmicos e explicativos, na realidade social, física ou cultural. Também estão presentes aspectos culturais, cognitivos e valorativos. Tais elementos estão presentes nos objetos e nos sujeitos”.

Esta perspectiva é compartilhada por Wagner (2000, p 3-4) que analisa a “Representação Social como um conteúdo mental estruturado - isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico - sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social”.

Outra contribuição significativa na formulação do conceito sobre o termo

representação é a apresentada por Oliveira e Werba (1998):

Estudar a Representação Social é buscar conhecer o modo como um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social, as representações que ele forma sobre uma diversidade de objetos, tanto próximos como remotos, e principalmente o conjunto dos códigos culturais que definem, em cada momento histórico, as regras de uma comunidade. Uma das principais vantagens desta teoria é sua capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não nos damos conta, mais que possui grande poder mobilizador e explicativo.

Esses autores informam que o aspecto diferencial do conceito de Representações Sociais é a sua dinamicidade e historicidade específicas. Isto explica em parte, a dificuldade da elaboração de um conceito em definitivo. As Representações Sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea, delineando as representações sociais como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e metamorfose.

Moscovici (2003) ressalta que a teoria das Representações Sociais estuda a maneira pela qual os indivíduos buscam compreender o mundo que os cercam. Portanto, estudá-las é considerar que os seres humanos não apenas manipulam informações ou agem sem explicações, mas - sobretudo – pensam.

A teoria das Representações Sociais se contrapõe à relação sujeito-objeto na produção do conhecimento. Elas são um conjunto de conhecimentos sobre os saberes populares elaborados e partilhados pelos diversos grupos com a finalidade de construção da realidade. Nesse processo, existe uma relação de simultaneidade nas interações com os objetos, pois, ambos se modificam e complementam. Isto acontece porque "o objeto está inscrito num contexto ativo, sendo este contexto concebido pela pessoa ou grupo, pelo menos parcialmente, enquanto prolongamento do seu comportamento, de suas atitudes e das normas às quais se refere" (ABRIC, 1997, p. 27).

Muitas disciplinas específicas das ciências humanas utilizam as Representações Sociais. Este caráter multidisciplinar explica em parte, a dificuldade de se atribuir um conceito definitivo para as Representações

Sociais. Sá (2000, p. 30) lembra que o próprio "Moscovici sempre resistiu a apresentar uma definição precisa das Representações Sociais, por julgar que uma tentativa nesse sentido poderia acabar resultando na redução do seu alcance conceitual".

Diversos autores têm demonstrado a dificuldade de se elaborar um conceito específico para as Representações Sociais, devido à complexidade do termo, o qual se aplica às diversas áreas do conhecimento humano.

As Representações Sociais podem ser estudadas pela sociologia, pela psicologia, pela antropologia, pela educação, pela economia, pelo turismo entre outras áreas. A sociologia traz os estudos sobre representações, a partir da noção durkheimiana de Representações Coletivas. No campo da Psicologia, é apresentada por Jodelet (1989, p. 36) que vê as Representações Sociais como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". As articulações entre os aspectos cognitivos e sociais têm sido utilizadas para compreender as representações já formuladas sobre a criança, a doença, a mulher, o idoso, a saúde entre outros temas desse campo de aplicação.

No campo da Antropologia, Laplantine (2001, p. 242) afirma que "representação é o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real: o da imagem-crença, que, contrariamente ao conceito e à teoria que é sua racionalização secundária, sempre tem uma tonalidade afetiva e uma carga irracional". Este autor acrescenta ainda que "trata-se de um saber que os indivíduos de uma dada sociedade ou de um grupo social elaboram acerca de um segmento de sua existência ou de toda a existência".

No campo da Educação, as pesquisas salientam a importância das Representações Sociais dos professores constituindo-se em uma tentativa de ampliar a compreensão dos aspectos que envolvem a educação na sociedade.

Quanto à aplicação da teoria das Representações Sociais ao campo do turismo, Oliveira (2003), concluiu que a mesma serviu como articulador dos outros aspectos teóricos desenvolvidos que confluem para a compreensão interdisciplinar da complexidade do turismo no contexto do processo sócio-histórico da mudança do Campeche e na sua relação com o processo mais

amplo de transformação de Florianópolis e, especialmente com o aspecto de desenvolvimento turístico da Ilha de Santa Catarina.

Hallal (2004), ressalta que a teoria das Representações Sociais permitiu a construção de um quadro conceitual abrangente, que possibilitou a apreensão do conhecimento prático da comunidade local de Pelotas, no Rio Grande do Sul sobre o turismo.

Assim, o estudo das Representações Sociais se torna relevante visto que conforme Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 20),

O fenômeno das Representações Sociais, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, ele envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão.

A partir disso, algumas idéias sobre a teoria das Representações Sociais já podem ser tiradas a partir das contribuições conceituais de diversos autores e considerando as informações sobre os diferentes campos de aplicação: saberes sociais, atribuição de significado, conteúdo valorativo e prática social.

Por fim, as representações sociais podem ser entendidas como o processo de apropriação do mundo pelo homem, assimilação da realidade, a a partir de suas vivências e experiências concretas, das informações sobre o objeto e das interações com outros homens. Nesse sentido, o estudo das representações tem possibilitado melhor o entendimento das atitudes das comunidades em relação a fenômenos sociais diversos.

2.2 Processos de Ancoragem e Objetivação

As Representações Sociais, são campos socialmente estruturados, que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social. Como produtos sociais, as representações têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendraram, ou seja, ao contexto de produção.

Conforme Jodelet (1989) dentre os processos sociocognitivos que atuam,

dialeticamente, na formação das representações sociais, destacam-se: a objetivação e a ancoragem.

A objetivação pode ser definida como a transformação de uma idéia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto, isto é, a atribuição de formas, físicas ou não, mas claras, delimitadas, facilitadoras da “materialização”, da “visualização” do novo conceito. Cristaliza-se a partir de um processo figurativo e social e passa a constituir o núcleo central de uma determinada representação, seguidamente evocada, concretizada e disseminada como se fosse o real daqueles que a expressam.

A ancoragem refere-se à integração do novo conceito a esquemas, idéias, acontecimentos, relações etc. preexistentes. Por intermédio da ancoragem, o não familiar ganha espaço no universo já conhecido, ocupando a posição que lhe cabe e integrando-se aos esquemas habituais” (AVELATO, 1999, p. 92-93).

Segundo Jodelet (1989, p. 46), “a ancoragem consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social pré-existente e nas transformações implicadas em tal processo”. Bauer e Jovchelovitch (1995), afirmam que o processo de ancoragem está intimamente ligado à identidade social dos sujeitos. A ancoragem é a apropriação de determinado objeto social, que vem ao encontro, ou não, de uma identidade social estabelecida. A ancoragem se dá de forma a literalmente “ancorar” as novas representações, que são trazidas até as categorias e imagens de um referencial reconhecível, ou seja, prender uma representação nova num quadro já existente.

A objetivação por sua vez, segundo Jodelet (1989, p. 47), “consiste em uma operação imaginante e estruturante, pela qual se dá uma forma, ou figura, específica ao conhecimento acerca do objeto, tomando concreto, quase tangível, o conceito abstrato, como que materializando a palavra”.

A objetivação, segundo Guimelli (1999, p.64) é aquele processo pelo qual o grupo irá “naturalizar” um conceito abstrato, isto é, irá efetuar as transformações ao mesmo, visando torná-lo “concreto”. O que ocorre é uma simplificação dos elementos da informação, que serão portanto concretizados e resumidos “a partir de uma lógica que é interna ao grupo”.

Segundo Moscovici (apud Sager, 2002, p.30) o processo de objetivação se materializa com:

Aquelas palavras que, devido a sua capacidade para serem representadas, tiverem sido selecionadas, [...] são integradas ao que eu chamei de um padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagem que reproduz visivelmente um conjunto de idéias[...] Uma vez que a sociedade tenha adotado tal paradigma ou núcleo figurativo, fica mais fácil sobre qualquer coisa que possa ser associado ao paradigma e, por causa dessa facilidade, as palavras referentes a ele são usadas mais frequentemente.

Conforme Moscovici (1984) os processos de ancoragem e objetivação visam transformar o não-familiar em familiar, incorporando e transformando novos elementos advindos da estrutura social. Em síntese, “a duplicação de um sentido por uma figura, pela qual se dá materialidade a um objeto abstrato, é cumprida pelo processo de objetivação. A duplicação de uma figura por um sentido, pela qual se fornece um contexto inteligível ao objeto, é cumprida pelo processo de ancoragem”, explica Sá (1996, p. 46).

Salienta-se que o primeiro processo – o da objetivação – se situa numa relação dialética com o segundo – o da ancoragem. Logo, a comunidade se apropria, internaliza e dá sentido a partir de seu mundo vivido, a partir das suas estruturas significativas, a partir de sua identidade social. Isto é o que Moscovici chamou de ancoragem, sendo que ela está fundamentalmente relacionada com a identidade social.

2.3 Funções das Representações Sociais

As Representações Sociais são estruturadas a partir de um conhecimento prático que influencia as formas de agir dos sujeitos. Conforme Abric (apud Sá, 1996), as Representações Sociais comportam quatro funções essenciais: a) a função do saber, que permite compreender e explicar a realidade, fazendo com que os atores sociais adquiram conhecimento de maneira a integrá-los a um quadro assimilável e compreensível. Além disso, é

condição necessária para a comunicação social que permite as trocas sociais, a transmissão e a difusão do saber ingênuo; b) funções identitárias, pois as representações sociais também têm a função de situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal compatível com sistemas de normas e valores sociais, historicamente determinados; c) funções de orientação, pois sua finalidade é orientar o sujeito quanto as suas práticas, definindo a priori os tipos de relações pertinentes ao sujeito e definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um determinado contexto social; d) funções justificatórias que permitem justificar a posteriori as ações do sujeito.

2.4 Dimensões das Representações Sociais

Na estrutura da Representações Sociais é possível a identificação das seguintes dimensões: a atitude, a informação e o campo de representação. Segundo Moscovici (1978, p.66) a dimensão da informação, “se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social”, ou seja, constitui-se a partir da atitude do sujeito. Os sujeitos com mais conhecimentos sobre o objeto da representação têm melhores condições de informação sobre esse objeto.

Conforme Paiva (1994, p. 45), a informação pode ser nula - não existir esta dimensão - ou atingir extremos de complexidade e coerência. O grau de informação que os indivíduos possuem pode variar em quantidade e qualidade e depende de certos fatores. Ibañez (1988, p. 47), menciona que entre esses fatores, a origem da informação, além do modo como as pertinências e posições sociais, seus interesses e valores, mediatizam a quantidade e a precisão da informação disponível, influenciando no tipo de representação que se forma.

Moscovici (1978, p. 67), ressalta que a dimensão campo de representação “remete à idéia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação”.

Por fim, conforme Moscovici (1978, p. 69) a atitude “termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da Representação Social”. “Uma tomada direta de posição” do sujeito em relação ao objeto da representação, implicando “juízo de valor” e qualificação positiva, negativa ou posição neutra.

Na visão da autora, entre os diversos conceitos existentes sobre Representações Sociais, optou-se pelo que Moreira e Oliveira (2000) que explicam: “Representações Sociais são idéias, imagens, concepções e visões de mundo que os atores sociais constroem sobre a realidade, as quais estão vinculadas às práticas sociais”. Estes autores informam que os grupos sociais constroem Representações Sociais conforme sua posição no conjunto da sociedade, representações essas que emergem de seus interesses específicos e da própria dinâmica da vida cotidiana.

Este conceito foi escolhido para analisar as Representações Sociais dos moradores de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural, considerando também, o que diz Moscovici (2003, p. 216): “Representações Sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um referencial de um pensamento existente, sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença, ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”.

É justamente o conjunto de saberes que os sujeitos elaboraram sobre a realidade, os quais estão vinculados às práticas sociais, que foram os elementos significativos utilizados nesse trabalho. Assim, seja no seu conteúdo, nas duas dimensões ou no seu processo, as representações oferecem possibilidades de perceber atitudes e conceitos que refletem e orientam pensamentos, opiniões e ações.

É possível então, compreender que, em cada expressão pessoal, podem-se encontrar idéias que expressem o pensamento coletivo. Nessa compreensão encontra-se uma das mais significativas possibilidades de estudo de representações como uma das perspectivas de entendimento da formação e consolidação do pensamento social.

No caso desta pesquisa, compreender as Representações Sociais dos moradores de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural, permite explicar não só os comportamentos e atitudes em relação aos mesmos, mas também como estas representações são apreendidas e reconstruídas pelos moradores,

servindo de referência à construção de sua identidade.

CAPITULO 3:

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

“A verdadeira riqueza do patrimônio de um povo não está em seus monumentos, em suas obras de arte ou em seu saber coletivo, mas na capacidade desse povo em valorizá-los”.

Antonio Sanchez Del Barrio (1985)

Este capítulo inicia com o conceito de cultura e, em seguida apresentam-se reflexões sobre a questão do patrimônio cultural. Logo, são discutidos os conceitos ligados a turismo e turismo cultural, bem como ao uso turístico do patrimônio cultural. Faz-se um resgate teórico de autores como Alfredo Ascanio (2003), Américo Pelegrini Filho (1993), Andreas Huyssen (2000), Bob Mackercher e Hilary Du Cros (2002), Cecília Londres Fonseca (1997), Clifford Geertz (1989), Eclea Bosi (1994), Françoise Choay (2001), Haroldo Leitão Camargo (2002), Jean-Pierre Warnier (2000), José Luiz dos Santos (1994), José Reginaldo S. Gonçalves (1996), Júlia Azevedo (1998), Margarita Barretto (2001), Maria Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky (2001), Mário Jorge Pires (2002), Mário Carlos Beni (2001), Marustcka Moesch (2002), Murta e Goodey (1995).

Tendo em vista a continuidade da construção científica no campo do patrimônio cultural e do turismo, desde já se salienta que não há pretensão de

esgotar a discussão e sim de colaborar para o avanço científico da temática, oferecendo assim como produto um conhecimento cujos benefícios possam ser disseminados para toda a sociedade.

3.1 Cultura

Ao longo da história, a palavra “cultura” foi entendida de forma diferente de uma escola de pensamento para outra, de uma sociedade ou de uma época para outra, assim como de sua aplicação a um ou outro campo de estudo. Ao mesmo tempo, as tentativas de delimitá-la conceitualmente não têm chegado a avanços significativos.

Conforme Santos (1994, p. 44-45), a cultura é um produto da história de cada sociedade, é uma dimensão do processo social, da vida em sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções ou apenas a uma parte da vida social, independente da mesma. A cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social.

Para Warnier (2000, p. 16), a cultura é:

[...] uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por repertórios de ação e de representação, adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva numa língua determinada, fator de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros, sendo as orientações dos atores uns em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda a cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico.

As culturas também são feitas de práticas e crenças religiosas, educativas, alimentares, artísticas, lúdicas e dizem respeito às regras de organização do parentesco, da família e dos agrupamentos políticos, entre outros. Para transmiti-las e assimilá-las é preciso tempo (WARNIER, 2000, p. 16-17).

Geertz (1989, p.15), define a cultura a partir de uma ótica semiótica:

O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como

sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como um ciência interpretativa, à procura do significado.

A cultura que compreende o patrimônio e a criação de um povo, se forma em uma “dimensão do processo da vida de uma sociedade. Não é estanque ou estável. É mutável e se vale das mais variadas formas de expressão humana” (NOGUEIRA, 2001,p.163).

Portanto, a cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a recebem como herança. Eles reagem àquilo que lhes é proposto ou que se pretende impor. Assimilam certos aspectos e rejeitam outros, criam, ao longo de suas existências, novas maneiras de fazer e criticam os valores usuais quando estes não correspondem as suas inspirações. A cultura é dinâmica.

Nos tempos atuais, a cultura constitui-se em uma preocupação constante, uma vez que “o desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social [...]”. É nesse sentido que ao se discutir sobre cultura, deve-se pensar na humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência (SANTOS, 1994, p.7).

Mesmo sendo a cultura objeto de estudo de diversos campos do conhecimento e analisada sobre enfoques distintos, o componente social permeia todos eles, reafirmando o papel da mesma como um referencial essencial para a identificação de um indivíduo com seu grupo. Compreender a formação e a evolução de tantos aspectos culturais exige uma compreensão holística dos componentes que estão sobre sua influência, mas destaca-se, entre eles, a relação direta com a ação humana do passado e do presente, principal força geradora e direcionadora da cultura através dos tempos.

3.2 Patrimônio Histórico

A palavra *patrimonium* é de origem romana e significa “bem de herança que é transmitido dos pais para os filhos por força da lei” (CHOAY, 2001, p.11). Durante muito tempo, o termo foi entendido como o coletivo das obras

monumentais, as grandes propriedades de luxo, as edificações oficiais e igrejas. Primeiramente o conceito de patrimônio está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, enraizada no tempo e no espaço. Posteriormente, designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

A Revolução Francesa é momento em que, pela primeira vez, o termo patrimônio, noção emanada do direito, através da qual a sucessão é normalizada em relação ao conjunto das posses, metaforicamente passa a designar as propriedades que pertencem à nação. Como consequência da revolução, os bens confiscados da igreja, da coroa e da aristocracia passaram ao domínio do Estado. Para evitar a destruição (o “vandalismo”, neologismo cunhado à época para condenar a desaparecimento dos bens produzidos pelo “gênio do povo francês”) era preciso proteger e catalogar as propriedades remanescentes, pois, além da destruição muitas foram vendidas: da monarquia, dos aristocratas imigrados e da igreja.

Conforme Choay (2001), foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos e ao culto à nação para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de “interesse público”. Os atos de vandalismo contrariavam diretamente os ideais iluministas de acumulação e difusão do saber, logo surgiram as primeiras medidas para impedir as destruições e foi forjado o termo “patrimônio nacional”. Os monumentos passaram a ser encarados como a materialização da identidade nacional, devendo ser preservados por seu valor pedagógico e artístico. Assim, os comitês revolucionários transformaram os monumentos históricos em propriedades do povo dando-lhes um valor nacional, provando que romper com o passado não significa abolir sua memória, nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estatuto semântico.

Nas décadas que sucederam ao nascimento institucional desta idéia, os debates concentraram-se nas concepções de restauro e conservação deste

patrimônio. Isto porque as grandes transformações no espaço geográfico, resultantes da Revolução Industrial, ajudaram a constituir uma visão nostálgica do passado. Ao término da Primeira Guerra Mundial esta preocupação estendeu suas fronteiras para os demais países europeus, num primeiro esforço internacional, ainda que restrito a este continente. Os países europeus, arrasados fisicamente pelo confronto e preocupados em como restaurar seu patrimônio, organizaram em 1931 uma conferência que resultou na Carta de Atenas. Esta foi o primeiro documento internacional relativo a políticas de preservação do patrimônio tornando-se, por vários anos, uma referência para a restauração de bens.

A Carta de Atenas de 1931 também acenava, ainda que de forma incipiente, para a inclusão de um patrimônio natural. Estabelecia que para a valorização dos monumentos era necessário o estudo das "plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos" (IPHAN, 1995, p.16).

A idéia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e, enquanto tal, merecedor de proteção, se consolida através de práticas que ampliaram o círculo dos colecionadores e apreciadores de antigüidades e se abriram a novas camadas sociais: exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das coleções particulares.

Inicialmente, a categoria do patrimônio que mereceu a atenção foi a que se relaciona mais diretamente com a vida de todos: o patrimônio-histórico representado pelas edificações e pelos objetos de arte. De todos os elementos responsáveis por esta representação identitária, os edifícios sempre assumiram uma importância considerável em relação aos outros elementos considerados patrimônios, uma vez que eram facilmente percebidos e freqüentados por um número significativo de pessoas.

3.2.1 Monumento Histórico

Conforme Choay (2001, p.31), pode-se situar o nascimento do conceito de monumento histórico na Roma de 1420, período que se convencionou denominar de Renascimento e que foi marcado pela generalização de ideais huma-

nistas. Entre eles, o da valorização do homem e da natureza em contraposição ao divino e ao sobrenatural e o grande interesse, um verdadeiro fascínio, pelas obras da Antiguidade Clássica, consideradas como uma "lição de construção". Foram principalmente os escritores e artistas humanistas que ressaltaram a importância dos monumentos da civilização greco-romana como representativos de um passado antigo e, portanto, portadores de informações históricas e de qualidade artística. No entanto, segundo Choay (2001), foi somente no século XIX, na França, que nasceu a proteção institucional do patrimônio cultural nacional através da criação de um órgão responsável pelo *classement* (1837).

O monumento histórico, de qualquer modo, "se insere em um lugar imutável e definitivo num conjunto objetivado e fixado pelo saber" (CHOAY, 2001, p.27), e sua conservação tem as características da conservação de documentos históricos. Seu valor se aproxima de um valor arqueológico, como se fosse o testemunho de outra sociedade.

Um monumento é antes de tudo uma referência a um momento na trajetória histórica de um povo, um instrumento de memória coletiva. Os objetos patrimoniais e os edifícios e centros históricos, podem refletir a maior parte da história, sendo a evidência concreta da continuidade, assim como da mudança dos processos culturais.

O termo monumento é compreendido aqui como todos os elementos que foram construídos por determinada comunidade para proporcionar às gerações presentes ou futuras a memória do passado. (CHOAY, 2001, p. 18). A autora salienta que a palavra monumento se origina do latim *monumentum* que significa trazer à lembrança alguma coisa, e desta forma, coloca claramente a intencionalidade destes elementos em remeter à memória coletiva. O termo monumento histórico por sua vez, agrega o valor de historicidade ao elemento e memorial, tornando-o mais forte no imaginário coletivo.

A verdadeira essência do monumento está relacionada diretamente com a memória e com um tempo vivido, caracterizando a natureza afetiva de uma sociedade, ou determinada cultura, com o artefato produzido. Esta função original do monumento foi perdendo gradativamente o seu sentido na nossa sociedade, adquirindo, aos poucos outros significados.

Hoje em dia, o sentido de "monumento" progrediu. Ao prazer dispensável pela beleza do edifício, sucedeu a admiração ou o espanto que

provocam a maestria técnica e uma versão moderna do colossal, na qual Hegel tinha visto o começo da arte nos povos da Alta Antiguidade oriental. Doravante, o monumento sem passado chama a atenção, interpela no instante, trocando o seu antigo estatuto de signo pelo de sinal. (CHOAY, 2001, p. 18).

Choay (2001, p.165) apresenta algumas categorias de valores associadas aos monumentos históricos, apontadas de forma inédita por Riegl no século XVI. Para esse estudioso tais valores são divididos em duas características opostas, ou seja, uma ligada ao passado e outra ligada ao presente do monumento.

Os valores ligados ao passado são aqueles remetidos à própria idade do elemento, marcados pela memória de um tempo passado definido, de um período histórico marcante de uma sociedade e de sua própria intencionalidade de monumentalização. Em contrapartida, os valores ligados ao presente são aqueles associados à funcionalidade (mesmo que museográfica) do elemento no tempo presente, ao seu estado de conservação e ao seu efeito estético.

Huyssen (2000, p.54-55), situa esta vertente do monumento como um modo,

“(...) de garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável (...) Especialmente a arquitetura monumental (...) parecia garantir a permanência e oferecer um baluarte contra a aceleração do tempo, as bases movediças do espaço urbano e a transitoriedade da vida moderna.”

A construção da identidade é feita a partir de uma representação arquitetônica do passado, e não necessariamente da presença em um espaço. Além disso, a qualificação de monumento histórico é atribuída posteriormente ao edifício, em geral por especialistas: “Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial” (CHOAY, 2001, p.26).

Entretanto, Choay (2001, p.18), considera que os monumentos seriam um “universal cultural”, presentes em quase todas as sociedades, na forma de edifícios com uma função memorial: “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”.

O monumento é definido a partir do seu modo de atuação sobre a memória, de natureza afetiva: “não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva” (CHOAY, 2001, p.18). A função primordial do monumento, carregada para o patrimônio, é fundar uma identidade; vencer a morte – ou a própria vida, se considerarmos que seus ciclos tudo transformam sem cessar.

3.3 Patrimônio Cultural

O primeiro órgão de proteção do patrimônio nacional no Brasil foi o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 13 de janeiro de 1937. A implantação do serviço estava sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Segundo Pelegrini Filho (1993), a criação do SPHAN enfatizava a preservação de bens culturais, é que se leva a cabo a preocupação com o patrimônio cultural.

A criação do SPHAN surge no contexto do Modernismo e do Estado Novo. O Modernismo “representou um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira” (BOSI, 1994, p. 332), representava a busca de uma identidade cultural brasileira, enquanto isso, o Estado Getulista passou a integrar ao seu projeto de construção de uma identidade nacional a valorização do patrimônio histórico. “A ideologia vigente no estado-novo apoiava-se no nacionalismo, o que resultou na legitimação do discurso dos modernistas sobre o patrimônio” (MELO, 1998, p. 24).

No Brasil, a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o instrumento do tombamento. Na realidade, a política preservacionista brasileira data do início do século XX, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, iniciativa pioneira do poder público no sentido de institucionalizar uma ação de proteção do patrimônio cultural brasileiro. A preocupação com a valorização do patrimônio brasileiro inicia-se com os intelectuais modernistas, oriundos do movimento cultural denominado “Semana de 22”, destacando-se Mário de Andrade e Lúcio Costa, os quais exerceram papel determinante na criação e no funcionamento da agência nacional de proteção.

Nesse sentido, conforme Camargo (2000), privilegiam-se na noção de patrimônio, as relíquias barroco-coloniais e obras modernistas que eram qualificadas como tais, com isso deixando de valorizar áreas de formação históricas mais recentes e desconsiderando a imensa multiplicidade e diversidade cultural do território.

Contraditoriamente, os modernistas, que buscavam novos parâmetros para a cultura, elegem como patrimônio cultural a ser protegido apenas as edificações e os monumentos de pedra e cal, representativos do país colonial, escolhendo os sítios e monumentos setecentistas como símbolo das nossas raízes socioculturais, o nosso lastro de identidade nacional.

Porém o art. 1º do Decreto-Lei nº 25/37 limita a incidência normativa do conceito de patrimônio cultural, considerando que “constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (IPHAN, 2005).

Em 1998 é promulgada outra nova Constituição (ainda em vigor), abarcando vários artigos sobre o patrimônio cultural brasileiro. Nesse documento se efetiva a definição desse patrimônio, precisamente no Artigo 216º:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, 2004).

O Decreto nº3.551, de 04 de agosto de 2000, representou outro avanço considerável do conceito de patrimônio cultural brasileiro: tal documento instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. O registro dos bens imateriais é, a partir de então, condicionado à inscrição em um dos seguintes Livros: Livro de Registro

dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; e Livro de Registro dos Lugares.

A partir daí, passou-se a considerar também os bens materiais e todo o patrimônio imaterial (saberes e fazeres), também como as manifestações das camadas populares. Nessa direção, conforme Barretto (2000), a noção de patrimônio cultural engloba tanto os bens tangíveis (materiais) como os intangíveis (imateriais); abarcando desde as manifestações artísticas até os saberes-fazeres produzidos historicamente pelo homem, incluindo-se aí, os modos de vida, as relações humanas e de produção, as representações do passado e do presente, a ciência, a sabedoria popular, a história, os usos e costumes.

Ainda segundo a mesma autora, na atualidade existe um consenso de que patrimônio cultural inclui não somente os bens tangíveis, mas, também, os intangíveis, não só as manifestações artísticas, e sim, todo o fazer humano, representando a cultura de todas as classes sociais. Não é apenas o edificado que possui valor histórico, mas também o conjunto de utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma diária de viver de todas as pessoas que constituem a sociedade. (BARRETTO, 2000, p. 11)

A noção de patrimônio cultural, antes circunscrita à categoria de arte, no caso do Brasil, a arquitetura colonial brasileira - associada à alta cultura, expandiu-se. Atualmente, diferentes formas de “cultura popular” são consideradas como bens e valorizadas como parte da vida cotidiana e como forma de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira (GONÇALVES, 1996). A língua, as atitudes, as crenças, as tradições, os prédios, as obras de arte, o artesanato, os monumentos, os sítios históricos, os documentos, os rituais, as festas populares, as religiões, os esportes são patrimônio cultural. São considerados bens culturais tangíveis e intangíveis que retratam a identidade e a memória da comunidade e que representam todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.

Sendo assim, considera-se hoje, também a cultura dos menos favorecidos e não apenas aquilo que é representativo das elites. Desde então, pode-se constituir como possíveis componentes do acervo patrimonial, conforme Azevedo (1998) todos os tipos de assentamentos humanos ou de ocupação territorial, que sejam representativos de uma cultura ou mais e até

mesmo a associação de acontecimentos e tradições vivas, idéias e crenças.

O patrimônio sempre teve importância significativa na vida das pessoas, uma vez que representa um pouco o passado e os valores da vida em sociedade. Embora sempre qualificado com adjetivos - histórico, cultural, urbano, natural - compreende-se como patrimônio o conjunto de bens materiais e imateriais ligados à cultura de uma sociedade (CHOAY, 2001, p.11). Camargo (2002, p.09) acrescenta ainda que o conceito de patrimônio implica um sentido de herança, de sucessão que muitas vezes materializa a identidade de uma localidade.

Fonseca (1997), entende como “patrimônio cultural”, todo um conjunto de objetos móveis e imóveis aos quais se atribui um significado simbólico pelo fato de constituírem-se em uma representação da nação. Em outras palavras, são bens que assumiram um valor diferencial enquanto manifestação da cultura, que levando em conta a pluralidade, têm valor de memória coletiva num determinado lugar atuando no sentido de reforço à identidade nacional.

Para Ballart (1997, p.17), a noção de patrimônio surge “quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos”. Este autor sugere que a idéia de posse presente na afirmativa corresponde a algo de valor, atribuído ao legado material do passado, pelo sentimento que desperta individualmente ou coletivamente numa sociedade.

Dessa forma, adota-se o conceito de patrimônio cultural mencionado por Toledo (2005):

Patrimônio cultural é a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, transmitida de geração em geração. Constitui a soma dos bens culturais de um povo. Ele conserva a memória do que fomos e somos, revela a nossa identidade. Expressa o resultado do processo cultural que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca. Apresenta, no seu conjunto, os resultados do processo histórico. Permite conferir a um povo a sua orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores, estimulando o exercício da cidadania, a partir de um lugar social e da continuidade do tempo.

O patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social, de acordo com Prats (1998). Invenção na medida em que se submete aos discursos hegemônicos e, dessa forma, está relacionado ao poder; e construção social enquanto processo de assimilação, de legitimação daqueles

discursos. Construção social, ou se quiser cultural, porque é uma idealização construída. Aquilo que é ou não é patrimônio, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade.

Segundo Funari (2001, p.16), “a construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao patrimônio também se modifica segundo as circunstâncias do momento”.

Ampliando a discussão, Barretto (2001) aborda a dialética existente entre turismo e legado cultural. Conforme seja conduzido, o turismo pode promover a conservação do patrimônio e incentivar a sua preservação, ou atuar como “predador cultural”, gerando descaracterização da cultura local e interferências no modo de vida dos habitantes da localidade receptora.

Seguindo a afirmação de Azevedo (2002) e as distintas possibilidades apontadas por Barretto (2001, p. 106), pode-se considerar os diferentes caminhos a tomar, baseados na utilização do patrimônio:

- a) Empregá-lo como um “recurso turístico, potencial atrativo e instrumentalizar o bem para promover o turismo “; caso em que se reconhece o bem cultural como meio e o turismo como objetivo maior;
- b) Tomá-lo enquanto “representante de um passado que se quer conservar e buscar as formas de sustentar esse bem transformando-o em atrativo turístico”; caso em que o turismo surge como meio e a conservação do bem patrimonial como um fim.

Assim, a tríade cultura, patrimônio e turismo emerge com suas variáveis nitidamente interativas na sociedade contemporânea. Tanto nos seus aspectos materiais quanto simbólicos o turismo encontra na cultura e no patrimônio, os

subsídios fundamentais para a sua realização e fomento.

3.4 Turismo Cultural

O Turismo é uma atividade social, complexa e de abordagem multidisciplinar, que permite a aliança com as mais diversas áreas do conhecimento humano. É uma atividade que engloba aspectos sociais, culturais, econômicos e utiliza-se do patrimônio natural e cultural como atrativo, sendo que ao mesmo tempo proporciona um envolvimento entre as pessoas que viajam, os visitantes, com as da localidade visitada.

Barretto (1995, p. 12), diz sobre o Turismo:

Embora ainda alguns círculos, principalmente leigos, vejam o turismo apenas como a “indústria de viagens de prazer”, trata-se de algo mais complexo do que um simples negócio ou comércio [...] o turismo é um amálgama de fenômenos e relações, fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos. Há no turismo um elemento dinâmico – a viagem – um elemento estático – a estada.

Com a evolução do estudo do Turismo no Brasil surge a necessidade do desenvolvimento e compreensão desse fenômeno em toda a sua complexidade. Com a constatação progressiva de que o Turismo envolve simultaneamente diversos componentes, e de que seu entendimento não pode ser baseado apenas na reflexão proposta por uma área de estudo, as definições holísticas, com uma abordagem mais abrangente, passaram a ser consideradas as mais condizentes com uma adequada avaliação da atividade.

Beni (2001), propõe a complementaridade entre os diversos componentes da atividade, ao mesmo tempo em que justifica a sua inadequada relação com o conceito de indústria, situação que retrata bem a “confusão” formada pela utilização de tantos referenciais acadêmicos em outros idiomas, sem a adequada tradução ou interpretação:

[...] o que ocorre, na realidade, é uma agregação de valores aos diferenciais turísticos naturais e culturais, e não uma transformação tangível e concreta na matéria-prima original. O produto turístico final para venda e pós-venda é de natureza compósita e agregada. O processo de agregação de valores inicia-se na aquisição dos atrativos turísticos, continua nos meios de transporte, hospedagem, alimentação, serviços de recreação e entretenimento, e termina na

fruição do roteiro (BENI, 2001, p. 35).

Em sua análise estrutural do Turismo, o autor leva em conta a complexidade do Turismo para que este não seja considerado apenas um aspecto do setor econômico, mas sim protagonista de um sistema próprio. O autor considera o Turismo um processo humano, que ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico.

Moesch (2002) também propõe uma conceituação holística para o Turismo, destacando que o mesmo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição se integram uma prática social com base cultural e histórica e um ambiente simultaneamente natural, social e cultural.

Considerando as propostas conceituais da visão holística do Turismo, nota-se que o turismo é uma atividade econômica com interfaces culturais, sociais, psicológicas, ambientais e administrativas. Nesse foco, o Turismo é compreendido como um processo amplo e complexo que envolve o deslocamento das pessoas, gerando relações socioculturais, econômicas e afetivas, assim como conseqüências tanto positivas quanto negativas para os moradores, turistas e as suas culturas.

Sendo um “fenômeno de caráter humano” (MOESCH, 2000, p.13) - porque são as pessoas que se deslocam e não as mercadorias - envolvendo a satisfação das necessidades do homem, o turismo pode ser analisado de acordo com as motivações que impulsionam o indivíduo a viajar e assim conhecer lugares e culturas diferentes. Neste caso, o turismo seria analisado tendo como base o critério da motivação e desta forma, viajar para conhecer a cultura de uma localidade de maneira viva e autêntica tem sido uma tendência da atividade turística, colocando em evidência o turismo cultural.

O Turismo cultural, segundo Barretto (2000, p. 19), é todo o turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.

O Turismo cultural permite o acesso à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. O turismo cultural, assim, promove o conhecimento

de um universo em relação ao outro, e, quando tratado de forma consciente, pode gerar aos agentes envolvidos neste contato, emoções, aprendizado e crescimento, tanto pessoal quanto social. É uma forma de turismo que, entre outros objetivos, envolve a apreciação de monumentos e sítios históricos, contribuindo dessa forma, para a manutenção e proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade. (DIAS, 2002, p. 133). Uma visão que confirma esses benefícios que são gerados pelo turismo cultural é apresentada por Beni (2001), que afirma que “o turismo é, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas, contribuindo em grande medida para sua difusão mundial”.

Ainda segundo Beni (2003, p. 422) o turismo cultural refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte.

Dentre as vantagens acima citadas, observa-se também a preservação do patrimônio cultural, a valorização da cultura local – tanto por parte dos visitantes, quanto dos moradores, um intercâmbio interpessoal mais intenso, notável melhoria na infra-estrutura local, geração de empregos, e efeito multiplicador de benefícios junto ao destino receptor.

Ascanio (2003), diz que o turismo cultural é uma bifurcação das identidades culturais de distintas ordens na qual se concretiza a unidade e a diversidade, tendo por base a relação entre o que provém de outros locais com o local e, também, as novas formas híbridas que podem surgir e que são parte do desenvolvimento social.

Segundo Campo & Gonçalves (1998), basicamente o turismo cultural pode ser caracterizado pelo interesse em manter contato com outros povos, outras culturas, monumentos artísticos, sítios arqueológicos, visando ao enriquecimento cultural. Para Funari & Pinsky (2001), o turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que pode ser caracterizado como bem cultural.

Autores como Freire e Pereira, salientam que,

O turismo cultural se viabiliza, em grande parte, através da interpretação planejada e realizada junto com a comunidade, reconhecida por Aloísio Magalhães, desde os anos setenta, como 'a melhor guardiã de seu patrimônio', e que deve ser também a melhor anfitriã de seus visitantes (FREIRE & PEREIRA, 2002, p. 127).

Dito isso, por Turismo cultural, entende-se a viagem de busca de novos conhecimentos, a partir de herança histórica, artística e científica de uma comunidade para saber os hábitos de outras populações, conviver com pessoas de cultura diferentes, participar de manifestações artísticas e desfrutar do conhecimento de outros povos e de suas expressões.

3.4.1 Usos Turísticos do Patrimônio Cultural

Muito se discute sobre o uso turístico do patrimônio cultural como um meio de impulsionar o desenvolvimento econômico das localidades, porém, sabe-se que não é por si só que a atividade turística trará a valorização e a preservação desse patrimônio. Muito pelo contrário, se essa iniciativa de exploração turística não vier permeada por posturas políticas e critérios de proteção, conservação e revalorização, a atividade tenderá a descaracterizar este patrimônio.

Analisando o contexto sobre o uso do patrimônio para o turismo, pode-se ressaltar que, nesse processo é importante a participação da comunidade, no que diz respeito ao uso turístico do patrimônio pois são as pessoas, residentes do lugar, que conhecem tal patrimônio e que devem participar, pois precisam ser motivadas a fortalecerem o sentimento de identidade. O uso turístico deve ser resultado de uma política que envolva a administração local, a comunidade e os órgãos de classe. A preservação do patrimônio tem entre suas funções o papel de realizar "a continuidade cultural", ser o elo entre o passado e o presente que nos permite conhecer a tradição, a cultura, e até mesmo quem somos, de onde viemos.

A busca da preservação do patrimônio, dessa maneira, incentiva a restauração e a revitalização de bens patrimoniais para serem utilizados como recursos turísticos. Esta é uma importante forma de preservação da memória e,

ao mesmo tempo, de melhorar a economia do lugar, dinamizando o turismo. Entretanto, a restauração e revitalização do patrimônio para o aproveitamento turístico vêm preocupando especialistas e estudiosos da área de cultura, pois “o patrimônio deixa de ser valioso por sua significação na história e passa a ser valioso porque pode ser ‘vendido’ como atrativo turístico” (BARRETTO, 2000, p.32), valorizando apenas o seu aspecto econômico-financeiro.

Conforme Ascanio (2003), a Carta de Turismo Cultural, resultante do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado em Bruxelas pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1976 já chamava a atenção para a necessidade de uso equilibrado do patrimônio cultural para fins turísticos, ressaltando que o respeito ao patrimônio mundial cultural e natural deve ser priorizado frente aos argumentos sociais, políticos e econômicos que costumam ser enfatizados na defesa do desenvolvimento da atividade turística.

O uso adequado do patrimônio tem que exercer duas funções: garantir o respeito à cultura, inclusive no que se refere aos estilos artísticos e garantir o significado histórico da comunidade, que não pode ser excluída do processo de decisão sobre o uso desse patrimônio ou mesmo dos benefícios econômicos advindos da atividade turística. O desenvolvimento tem de representar a inserção social, pois entendo que a participação é essencial para que os impactos não degradem o lugar e os confrontos entre comunidade e turistas não se estabeleçam; além disso, o lugar deve gerar empregos para a comunidade, oportunidade de comercialização do artesanato e de prestação de serviços.

Num momento em que redescobre-se o valor do patrimônio, como elemento de identidade cultural, torna-se comum a discussão sobre as formas de seu uso. Percebe-se lentamente o interesse do governo federal e até mesmo dos gestores estaduais pelo patrimônio. Países europeus como Espanha, Portugal, Itália, Alemanha, França, República Tcheca e outros perceberam que investir na restauração e preservação dos bens culturais, trouxe o benefício da dinamização do turismo, ao mesmo tempo que fortaleceu a identidade nacional. Consequentemente, empresários e sociedade organizada se beneficiaram com o aumento da riqueza interna, pois o turismo gerou negócios e empregos. Os patrimônios possuem a estrutura necessária

para receber os turistas, que encontram sinalização adequada, folhetos, guias e uma série de serviços para a visita do bem cultural.

Temos que discutir sistematicamente a revitalização dos lugares de turismo, ampliando os espaços de manifestação cultural e de lazer, criando mecanismos de preservação do patrimônio, para que nossas identidades culturais se fortaleçam, ou mesmo, para que possamos compreender nossa diversidade, tornando o patrimônio uma referência da história e tradição. É necessário ampliar o senso de cidadania e viabilizar o seu uso de forma adequada, para que possa ser um fator de conhecimento, formação, interação e geração de renda e emprego.

Ribeiro (2000), ressalta a importância da revitalização do patrimônio, para o uso turístico na medida em que reabilita o espaço urbano, fortalece manifestações culturais descaracterizadas em sua tradição, promove o reconhecimento dos cidadãos em relação aos bens culturais, e além disso, gera renda para a comunidade e para o município. Ribeiro apresenta o caso de Porto Alegre:

No centro de Porto Alegre podemos identificar outra proposta de revitalização e reutilização de espaços de grande porte que sofreram o processo de proposta cultural. É o da conhecida Usina do Gasômetro, que se situa às margens do Guaíba, que antigamente dividia espaço com um presídio público e era conhecida como “ponta da cadeia”. Este espaço abriga diversas exposições, teatros e show e possui como diferencial uma chaminé que se projeta de qualquer ângulo como símbolo do passado: de gerador de energia passou a centro de cultura (...) Pensar e planejar áreas de lazer aliadas a espaços ociosos da urbe e a sua posterior valorização através de parques e praças com motivos culturais e históricos são formas de resgate da cultura e homenagem a etnias que habitam as cidades. (RIBEIRO, 2000, p. 148 ,149).

Conforme Barretto, a “recriação de espaços revitalizados”, é um dos fatores que podem “desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura” (BARRETTO, 2000. p.44).

Concorda-se com Barretto quando afirma que, a revitalização do patrimônio tem contribuído para a: “recuperação de identidades locais ameaçadas em todas as partes do mundo pelo avanço de uma única cultura hegemônica, que se impôs nas últimas décadas na música, no vestuário, na alimentação, nas formas de lazer e de consumo” (BARRETTO, 2000, p.44)

Acima de tudo, o processo de revitalização tem que ser benéfico para a

sociedade, ao transformar o lugar em um espaço agradável para os cidadãos e para os turistas. Deve, ainda, respeitar as características culturais da população, da arquitetura, e das construções, não podendo distorcer o seu significado artístico.

Conforme Barretto as questões do uso do patrimônio são interessantes, ao indicar que um centro histórico ou bairro revitalizado pode se transformar em “site museum”, entendidos como “museu de sítio” ou, ainda, “museu no local”, onde os espaços podem ser preparados para representar uma época: construções, vestuário, culinária e costumes devem “espelhar” uma época, fazendo com que os visitantes conheçam a história e a cultura (BARRETTO, 2000. p 58, 59). É, inclusive, uma forma da população local conhecer-se e discutir sua identidade.

Barretto afirma que:

“Embora todos os problemas antes mencionados sobre a transformação da história e do patrimônio em bem de consumo e o fato real de que há uma resignificação nesse processo, acredita-se que é sempre uma melhor opção do que o esquecimento da história, do que a marginalização de bairros ou do que a derrubada de prédios por causa da especulação imobiliária” (BARRETTO. 2000, p.51).

O fortalecimento da identidade cultural, passa necessariamente pela questão do patrimônio, como elemento que fortalece o sentimento de pertencimento a uma comunidade, cultura ou tradição, que permite realizar o elo entre passado e presente. Tornar um casarão ou fazenda do século XIX um museu, representa o fortalecimento da identidade cultural, a geração de conhecimento, formação para os cidadãos e fundamentalmente desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Portanto, o uso do patrimônio como atrativo para o turismo cultural deve considerar o respeito à população local, objetivando um aproveitamento efetivo que alcance o significado e a importância do patrimônio para os turistas.

Os estudiosos e planejadores do turismo cultural, especialmente no que tange aos atrativos turísticos e históricos, devem priorizar a organicidade existente entre tais bens. Vale dizer que, para o uso turístico, o respeito ao diálogo presente nas edificações e entre estas e os respectivos logradouros permite uma visão do conjunto dos atrativos e da forma como eles se articulam levando a um melhor aproveitamento turístico. (PIRES, 2002).

Pensando na conservação do patrimônio cultural Kerr (apud MACKERCHER e DU CROS, 2002, p. 12) concorda com a existência de conflito entre conservação e uso turístico: “o que é bom para a conservação não é necessariamente bom para o turismo e o que é bom para o turismo, raramente é bom para a conservação”. (tradução da autora).

Porém, uma prática que vem sendo utilizada com sucesso no uso e gestão do patrimônio cultural como atrativo turístico, é a interpretação patrimonial: um processo contínuo que envolve a comunidade a fim de promover ou apresentar um sítio ou cidade como atrativo para o visitante e residentes. Conforme Murta e Goodey (1995, p. 19), “a interpretação é um processo de adicionar valor à experiência de um lugar por meio da provisão de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais”.

Os princípios básicos inerentes aos planos de interpretação do patrimônio seriam: a atenção para o estímulo dos sentidos dos visitantes; a utilização de variadas artes visuais e de animação; a provocação da curiosidade do visitante, incitando-o a querer descobrir por conta própria; a acessibilidade a um público amplo; o destaque à diversidade e a pluralidade culturais; e, principalmente, a realização da interpretação em parceria com a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos e recursos. Os planos interpretativos devem contemplar o planejamento de trilhas e roteiros, museus locais, centros culturais e de informação, de modo que as características naturais e urbanas locais se revelem tanto para visitantes quanto para a comunidade, contribuindo para a educação ambiental e patrimonial desta última e desenvolvendo um sentido do lugar (MURTA e GOODEY, 1995).

Para os mesmos autores, o plano interpretativo deve ser constituído de três etapas: (1) o registro: onde é feito o levantamento exaustivo de recursos, temas e mercados; (2) o desenho e montagem: que engloba a escolha dos meios de interpretação mais adequados ao objeto ou sítio, podendo ser textos e publicações, interpretação ao vivo e com base no design; e, por fim, (3) a publicidade e gestão: que deve promover o sítio ou objeto interpretado, além de indicar alternativas de gestão de modo a sustentar padrões aceitáveis de qualidade para o visitante.

Os argumentos para a implantação de planos de interpretação

patrimonial vão desde a conservação e gerenciamento do uso do patrimônio de forma a orientar o fluxo de visitantes, pensando também na proteção do objeto da visita, quanto à instrumentalização e capacitação de quadros técnicos locais, através do envolvimento da comunidade na elaboração e prática da interpretação, especialmente quando a responsabilidade pela gestão do patrimônio natural e cultural é transferida para a esfera municipal. (MURTA e GOODEY, 1995).

Diante do exposto, finaliza-se a reflexão acerca do uso turístico do patrimônio, salientando a importância do papel desempenhado pela comunidade local em termos de valorização e preservação do patrimônio, para o fortalecimento da identidade cultural e para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentada.

CAPÍTULO 4:

RIO PARDO: CENÁRIO DE ESTUDO

“Uma cidade não se torna histórica simplesmente por que ocupa um mesmo sítio durante um longo tempo. Os acontecimentos não produzirão impacto no presente se não forem gravados em livros de história, monumentos, desfiles e festividades solenes e alegres que todos reconhecem fazer parte de uma tradição que se mantém viva. Uma cidade antiga guarda um acervo de fatos nos quais as sucessivas gerações de cidadãos podem se inspirar e recriar sua imagem de lugar”.

Yi-Fu Tuan (1980)

Neste capítulo busca-se apresentar um breve histórico sobre o processo de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul pelos portugueses, considerando a importância deste contexto na origem da fortificação de Rio Pardo e posterior formação do Município de Rio Pardo. Evidencia-se também a chegada dos colonizadores açorianos ao Município. Por fim, apresenta-se o município na atualidade. Utiliza-se como referencial os seguintes autores: Dante de Laytano (1983), Francisco Riopardense de Macedo (1984), Laudelino Medeiros (1975), Luiz Fernando Rhoden (1999), Luiz Carlos Barbosa Lessa (1984), Luiz Carlos Schneider (2005), Marina de Quadros Resende (1993), Sabrina Silva de Souza (1998), Vera Lúcia Maciel Barroso (1994).

Salienta-se que o presente capítulo contribui de forma significativa para melhor compreensão do local de estudo, o município de Rio Pardo, que foi um dos primeiros a serem fundados no estado do Rio Grande do Sul, tendo sido um dos principais núcleos urbanos estratégicos do estado, devido ao seu caráter militar e a sua posição enquanto defensor da fronteira gaúcha.

4.1 Os Portugueses no Rio Grande do Sul

A região platina, compreendida pelos territórios que hoje formam o

Estado do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai, teve desde o início a sua ocupação marcada pelas desavenças e conflitos entre Portugal e Espanha, que tinham diferentes interesses na delimitação das fronteiras destes territórios.

Apesar da existência do tratado de Tordesilhas, cuja linha imaginária tinha ao sul a cidade de Laguna como referência ou divisor das terras pertencentes aos dois reinos, o entendimento da coroa portuguesa foi sempre de que “...o limite natural, ao sul dos seus domínios americanos, era o estuário da prata...” (RHODEM, 1999, p. 127)

Com o objetivo de assegurar o domínio sobre o Rio da Prata e a riqueza da pecuária da região, os portugueses fundaram em 1680 a Colônia do Sacramento, quase em frente a Buenos Aires. A implantação da colônia tinha uma série de vantagens econômicas, onde se incluíam

a preservação do comércio ilícito, o conhecimento mais detalhado das imensas reservas de gado das vacarias do mar e o conseqüente desenvolvimento de uma intensa atividade de caráter predatório. “(RHODEN, 1999, p. 130).

Paralelamente, os portugueses trataram de garantir o acesso à Colônia, fundando, em 1686, o povoado de Laguna (em Santa Catarina). Mas mesmo esse posto avançado entre São Paulo e a Colônia ainda estava muito distante, era necessário ocupar a área mais ao sul, as atuais terras gaúchas, o que foi feito a partir de Laguna. E, para assegurar militarmente a presença portuguesa, foi criado em 1737 o presídio de Jesus, Maria e José, que deu origem à cidade de Rio Grande e que também é o marco oficial do início da formação do atual estado do Rio Grande do Sul.

Como lembram Rhodem (1999) e Barroso (1994), o presídio como primeiro núcleo estável, teve na sua fundação uma nítida prioridade militar tanto pela denominação do empreendimento, quanto pela estratégica impedindo o acesso dos espanhóis via Lagoa dos Patos.

Em 1750 foi assinado o Tratado de Madri, entre Espanha e Portugal, que oficializou a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Após a assinatura desse tratado avança de forma acentuada a concessão de sesmarias em territórios localizados no interior do Rio Grande do Sul, acompanhando o movimento de fundações de povoações e núcleos ao

longo de rios como Jacuí, Vacacaí, Piratini e outros.

4.2 A Formação de Rio Pardo

A origem de Rio Pardo liga-se, portanto, a um momento decisivo dentro do processo de ocupação do Rio Grande do Sul, caracterizado pela intensiva ação militar de fundação de fortificações e povoados (no segundo movimento via fluvial no território), pelo sistema de concessão de sesmarias e pela estratégia de colonização dos territórios com a imigração açoriana, sobre a qual falar-se-á mais adiante.

Rio Pardo constituía-se em um último ponto de acesso desse movimento fluvial. Era necessário ser estabelecido, com urgência, um importante centro logístico para as operações militares de delimitação das fronteiras e também para o povoamento da extensa região das missões. Dessa maneira, com o favorecimento das condições de navegabilidade dos rios que permitiram o movimento português de interiorização, foi implantada em 1752, na confluência dos Rios Jacuí e Pardo, mais uma fortificação Jesus Maria José, construída a mando do Capitão General Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro. Esta fortaleza foi implantada com o objetivo de consolidar o processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, no sentido de proteção das divisas.

Nesse ponto, origem da cidade de Rio Pardo, seria feita a concentração das forças portuguesas, pois era o local mais próximo das Missões, sendo que os portugueses eram responsáveis pela evacuação de três dos Sete Povos, segundo o Tratado de Madri.

Inicialmente o capitão de Dragões Francisco Pinto Bandeira estabelece uma guarda, a cargo de aventureiros paulistas. Depois, o Sargento Mor Luís Manuel de Azevedo manda levantar galpões para armazenamento de mantimentos e dos trens necessários à Comissão Demarcadora. A seguir, o engenheiro João Gomes de Melo acrescenta aos armazéns uma "tranqueira", constituída por paliçadas capazes de fazerem frente a eventual ataque missionista. Por fim, vão se transferindo para ali os esquadrões do Regimento de Rio Grande, sob chefia do Tenente, Coronel Tomás Luís Osório. (BARBOSA LESSA, 1984, p. 63)

Os esquadrões do Regimento de Rio Grande iriam constituir-se no famoso Regimento dos Dragões de Rio Pardo, vindo a permanecer

definitivamente até o primeiro quartel do século XIX. A localização estratégica da fortificação e a garantia da presença militar foram os fatores decisivos para alavancar o desenvolvimento e o crescimento da povoação.

Com o tratado de Madri, nomearam-se os comissários de demarcação para a definição de limites. Seriam Gomes Freire de Andrade por parte de Portugal e o Marquês de Vai de Lírios, Ministro do Conselho das Índias. Gomes Freire subiu o Rio Guaíba e o Rio Jacuí em 1752, com alguns exploradores e o Furiel de Dragões Francisco Manuel de Távora. Seu objetivo era o de consolidar um posto de defesa que impedisse o avanço dos índios sobre os campos de Viamão.

Em 1754 Gomes Freire mandou fazer um armazém para o recebimento dos mantimentos das tropas que para ali houvessem de fazer sua marcha, recomendando ao mesmo tempo se fortificassem e pusessem as coisas em estado de defesa. (IBGE, 1959, p. 136)

Nesse ano ainda, chegaram as ordens para marcação do local e desta forma foi nomeado o Tenente de Dragões Francisco Pinto Bandeira que deveria proteger os construtores do forte contra eventuais ataques índios. Isso porque, a entrega de um território por outro, segundo o estipulado pelo tratado de Madri, não se deu da forma como era pretendida. Mas o Forte Jesus, Maria José, em Rio Pardo, ia sendo erguido aos poucos, e com instalação já mencionada do Regimento de Dragões, "ficava assim segura a passagem ou trânsito das tropas, dos povoadores, do gado e cavalos ." (IBGE, 1959, p. 136)

Houve resistência e levantes dos índios guarani, com diversos combates que prosseguiram até 1756, quando da derrota dos missioneiros no combate de Caiboaté, foram as guerras guaraníticas, onde os índios missioneiros travaram batalhas contra as forças coligadas da Espanha e Portugal. O forte foi atacado pelos índios em diversas ocasiões, na mais conhecida, houve um cerco e aprisionamento de indígenas e entre eles encontrava-se o lendário Sepé Tiaraju², chefe índio missionista. A fortificação estabelecida em Rio Pardo

² Sepé Tiaraju, nascido provavelmente em 1723 na Redução de São Luiz Gonzaga, era Corregedor da Redução de São Miguel, o quarto dos Sete Povos das Missões e o mais ilustre chefe guerreiro guarani, foi assassinado, juntamente com 2500 outros guerreiros, pelos exércitos espanhóis e portugueses, nos campos de Caiboaté, às margens da Sanga da Bica em 7 de fevereiro de 1756.

recebeu implementações neste período, sendo decisivo seu papel de centro das operações militares, onde os castelhanos partiam de Montevideu e os luso-brasileiros de Rio Pardo.

A fundação da aldeia de São Nicolau em Rio Pardo deu-se em 1756, em local não muito distante da fortaleza. Ao cessarem as operações militares da guerra guaranítica, o quartel principal do Regimento dos Dragões não retorna mais para Rio Grande, ficando definitivamente instalado em Rio Pardo. Para Barbosa Lessa (1984), neste momento já não existe mais uma simples tranqueira, mas um forte onde estão conjugados igreja, capela e uma população constituída por militares, portugueses e guaranis.

Em 1763, a Colônia do Sacramento e a vila do Rio Grande são invadidas pelo Governador de Buenos Aires, o Vice-Rei Pedro de Ceballos, que estende os domínios espanhóis sobre o território do Rio Grande do Sul e obriga um recuo dos portugueses em direção norte, com a conseqüente necessidade de mudança do centro administrativo para Viamão.

Quando da invasão de Ceballos, cabe ressaltar, segundo Cruz (1984 apud SCHNEIDER, 2005), a divisão territorial que ocorreu e que perdurou até 1776: "... o Rio Grande português viu-se reduzido à faixa litorânea, entre a Lagoa dos Patos e o mar, de Estreito para o norte, compreendendo os campos de Viamão, Porto Alegre, até a fronteira de Rio Pardo. O resto do território permanecia em mãos dos espanhóis." (CRUZ, 1984, apud SCHNEIDER, 2005) Em 1773, por ocasião da investida militar realizada por Juan Jose de Vertiz y Salcedo, governador de Buenos Aires, é fundado pelos espanhóis o forte de Santa Tecla, na região da cidade de Bagé. De outro lado, o domínio Português é consolidado pela "Fronteira de Rio Pardo, constituído pelas vilas de Santo Amaro, Taquari e Rio Pardo com suas fortificações, área de vital importância para aos portugueses, por servir de acesso tanto à zona missioneira como para a campanha. (CRUZ, 1984, apud SCHNEIDER, 2005).

Rio Pardo foi elevado à posição de freguesia em 1769 com a denominação de "Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo". Pouco tempo depois, em 1771, era criada a Primeira Vara na Diocese (quarta no Rio Grande do Sul). Em relatório enviado pelo General Boehm ao Vice-Rei Marquês de Lavradio, em 1774, podemos considerar o rápido desenvolvimento da população de Rio Pardo a partir de uma descrição sua feita da seguinte forma:

"De Porto Alegre, remontando o Guaíba, encontra, se a 30 léguas a povoação de Rio Pardo. É a freguesia mais numerosa deste Continente." (BARBOSA LESSA, 1984, p. 84).

Quando houve a reconquista de Rio Grande, em 1777, Porto Alegre passou a constituir-se em um entreposto comercial para Rio Pardo. Esta "segunda fronteira" era então estratégica para garantir a resistência contra os espanhóis, defendendo diversos núcleos tais como Triunfo, Santo Amaro e Taquari. Em Rio Pardo as forças militares que ficaram aquarteladas na fortaleza Jesus Maria José, tinham o suporte para suas campanhas de interiorização. A política de concessão das sesmarias, imprimida pela coroa portuguesa, implementava cada vez mais a distribuição de terras na "fronteira de Rio Pardo", procurando, desta maneira, organizar a resistência necessária à ocupação espanhola.

Esta estrutura básica para a ocupação era então constituída juntamente com Rio Grande e Porto Alegre no que Macedo (1984), chama de pinça, onde Rio Pardo encontrava-se ligada a um dos extremos do território português a partir dos caminhos fluviais. A extensa região das Missões Jesuíticas, que tinha seu domínio também assegurado pela "segunda fronteira", foi definitivamente conquistada em 1801. No início do século XIX, a fase de organização administrativa do estado ainda iria fazer com que Rio Pardo mantivesse sua importância militar e estratégica por mais alguns anos até a consolidação definitiva destes territórios. Mas a cidade já havia se transformado, de sua origem puramente militar para um importante entreposto comercial, com uma grande população de índios, escravos e portugueses no seu território. O posicionamento estratégico do núcleo urbano de Rio Pardo próximo ao rio favorecia o transporte das mercadorias que vinham de Porto Alegre e que, mais tarde, seguiam em grandes carroças para o interior da região que era das Missões Jesuíticas.

Por tais razões Rio Pardo assumia importância quase tão grande como a da Capital. Era o centro administrativo, político e econômico da maior parte do Continente de São Pedro. Sua população, durante algum tempo teria sido superior à de Porto Alegre e durante muitos anos deve ter com ela rivalizado. (MACEDO, 1984, p. 20)

A localização geográfica da povoação de Rio Pardo beneficiou-a, portanto, como o centro de interesses para os avanços militares em direção à

fronteira oficial, bem como local de passagem e assentamento das colonizações açorianas. De forma que o núcleo, bem servido pelos rios como meio de transporte, vai assumindo também a função de um importante entreposto comercial para a sua região. Era na povoação de Rio Pardo que seriam garantidas as trocas de produtos, a compra e venda de mercadorias e gêneros de todas necessidades. Assim, vão se estabelecendo inúmeros comerciantes na freguesia, dentre os mais conhecidos destaca-se Matheus Simões Pires, que também teve grande participação política na comunidade Rio Pardense. O seu comércio, localizado em um sobrado da antiga Rua do Brasil, viria a estender suas atividades por boa parte do século XIX, sendo a edificação hoje conhecida como o Solar do Almirante Alexandrino.

O período compreendido entre 1809 e 1865 é marcado, principalmente, pelo desenvolvimento econômico e pela organização da então vila de Rio Pardo.

4.3 A Colonização Açoriana de Rio Pardo

Enquanto no Sul do Brasil o Império Português se defrontava com o problema de possuir muita terra para pouca gente, nas ilhas dos Açores a situação era inversa: havia muita gente para pouca terra. Assim, a decisão da coroa portuguesa de promover a imigração de açorianos para a região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em meados do século XVII, representou a solução de dois problemas, aliviando a pressão populacional nas ilhas e garantindo ao sul um povoamento mais denso do que o do sistema de sesmarias (uma sesmaria tinha 10.503 hectares), em que enormes glebas de terras ficavam nas mãos de poucos proprietários.

Conforme Cruz (1984 apud SCHNEIDER, 2005) o processo de povoamento e desenvolvimento dos povoados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tomou um impulso quando em 1747 uma provisão régia de D. João V ordenava a vinda e o estabelecimento de 4.000 casais açorianos para a região sul. Vindos das ilhas dos Açores, contavam com o apoio oficial do governo, que pretendia utilizá-los para ocupar a região das Missões, que pelo Tratado de Madrid (1750) passaria para Portugal, em troca da Colônia de Sacramento.

Entretanto, para dar cumprimento ao tratado de Madri tratou a Coroa de estimular a vinda de casais para o Rio Grande de São Pedro para aguardar o momento de ocupar o território missioneiro, do que foi encarregado Gomes Freire de Andrada. (CRUZ, 1984 apud SCHNEIDER, 2005)

Segundo Cruz (1984, apud SCHNEIDER, 2005), "...há a presença, registrada em documentos, de diversos açorianos na margem setentrional do rio Jacuí, por volta de 1756, principalmente em Rio Pardo." Mas salienta também que as primeiras concessões de datas para os colonos açorianos somente iniciaram com o governo de José Custódio de Sá e Faria, em 1764. O que indica que mesmo após a chegada dos colonos açorianos em Rio Pardo, a administração portuguesa estava centrada nas prioridades militares que eram necessárias para a garantia de manutenção dos seus territórios.

A fase açoriana é marcada principalmente pela cultura do trigo, iniciada em grande escala, mas sabe-se que era cultivado também feijão, milho, aveia, ervilha e cevada.

Quanto aos casais açorianos foram trazidos com o objetivo de iniciarem o povoamento do território e "fundarem uma agricultura intensiva, sendo arranchados em regiões que determinaram quase sempre o nascimento de cidades ou foram colocados ao derredor de incipientes centros urbanos, como em Rio Pardo e Rio Grande". (LAYTANO, 1983, p. 21). Dessa forma, quando os açorianos chegaram, receberam certamente datas de terras ao invés de das sesmarias, mas "... encontraram logo na pecuária uma atração lucrativa melhor do que na agricultura, pois as safras de trigo, que eram as principais nem sempre correspondiam ao sacrifício que faziam". (LAYTANO, 1983, p. 21). Do Rio Pardo, a colonização açoriana foi sendo dirigida para as Missões e para as regiões onde hoje localizam-se os municípios de São Gabriel, Bagé e Alegrete, sendo que uma boa parte dos colonos açorianos que ficaram em Rio Pardo foram destinados para a Rua Velha, próxima da área hoje conhecida como Ramiz Galvão. (REZENDE, 1993, p. 27)

O rápido crescimento de Rio Pardo logo trouxe a necessidade de organização da vida espiritual e religiosa da povoação, sendo instalada em 1762, a Capela Curada de Santo Ângelo, com pároco residente.

Dois anos depois da criação da freguesia, foi estabelecida a Comarca

Eclesiástica de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, tendo como vigário o Padre Manoel da Costa Mata. (REZENDE, 1993, p.28)

A religião acompanhava todo povoamento e era parte fundamental da vida cotidiana como referência para os dias de culto e de festas na vida familiar. "Nas casas de fazenda ou nas habitações mais simples quase nunca faltava uma imagem de Santo Antônio, de Nossa Senhora da Conceição ou de Nossa Senhora do Rosário." (MEDEIROS, 1975, p.37). Ainda são descritas as organizações de missas, procissões, jantares, jogos como combates de touros, música, danças.

A elevação da freguesia de Rio Pardo à condição de Vila aconteceu efetivamente em vinte de maio de 1811. Nesta data houve a instalação solene da vila e do município, o que significou conseqüentemente uma nomeação de cargos públicos, tais como os de juizes, vereadores, procurador do conselho e outros. A partir de então era possível ser erguido o pelourinho, bem como redigir os códigos de posturas que regulamentariam as necessidades da vila. Das posturas existentes neste período, destacam-se as de 1811, ano da instalação da Câmara, as de 1832, pelas complementações recebidas e as de 1851, quando da redação de novas posturas municipais. Em sua extensão territorial, Rio Pardo abrigava as freguesias de Santo Amaro, São José do Tebiquari e Nossa Senhora de Cachoeira. Além disso, incluíam-se as capelas de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, Santa Maria da Boca do Monte, Santa Bárbara da Encruzilhada e ainda as povoações dos Sete Povos e de Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel (SOUZA, 1998).

Em 1817, no entanto, já aconteceriam novas divisões administrativas no território estadual, sendo criado o município de São Luiz da Leal Bragança e em 1819, Vila Nova de São João da Cachoeira. Até 1822, no período da Independência do Brasil, Rio Pardo já havia perdido muito do seu extenso território para o novo município de Cachoeira, que passaria a englobar todo o território oeste do Rio Grande. Bem mais tarde, em 1849, foram também desmembradas as áreas ao sul, formando-se o Município de Encruzilhada do Sul.

Em 1835, eclode o movimento de cunho liberal conhecido como a Revolução Farroupilha. Já no primeiro ano da Revolução, em 1835, houve o primeiro combate em Rio Pardo. Ao longo deste período iriam travar-se no

município muitas batalhas entre as forças farroupilhas e monarquistas. Em uma dessas ocasiões, quando da invasão de Antônio Joaquim da Silva, conhecido como "menino-diabo", a vila foi saqueada, tendo sido retomada pelos legalistas alguns meses mais tarde. Diversos combates iriam ainda seguir-se até 1839, quando Rio Pardo permanece até o fim da revolução em poder dos legalistas (REZENDE, 1993). A Revolução Farroupilha tinha dado também prosseguimento à multiplicação de povoados. "Neste sentido, as aglomerações em torno de Rio Pardo ganham maior importância e, com a cidade, tornam-se de grande significação comercial para Porto Alegre" (MACEDO, 1968, p.93). Após o fim da Revolução Farroupilha e por ocasião da visita do Imperador D. Pedro II e Dona Teresa Cristina, a vila de Rio Pardo é elevada à condição de cidade em 31 de março de 1846. O valoroso Regimento dos Dragões, responsável por tantas campanhas e pelo suporte para a conquista do território, já havia sido transformado, em 1824, no 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, sendo que, em 1834, foi transferido para Bagé (REZENDE, 1993). Com isso, inicia-se também uma perda da função militar da cidade. Em 1860 extingue-se a escola preparatória do Exército em Rio Pardo, sendo que pouco após é criada a Escola Militar Auxiliar (LAYTANO, 1946).

4.4 Rio Pardo Hoje

Atualmente o município de Rio Pardo encontra-se no extremo Sul do Brasil (Figura 01), que por sua vez localiza-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 02), sendo que seu território faz divisa ao sul com o município de Pântano Grande, ao norte com Santa Cruz do Sul, Candelária, Vera Cruz, e Passo do Sobrado, a oeste com Cachoeira do Sul e ao leste com Minas do Leão e Vale Verde. Na sua organização político-administrativa, Rio Pardo integra a região do Vale do Rio Pardo – VRP (Figura 03). Segundo dados do IBGE (2000), a área de unidade territorial é de 2.050,53 quilômetros quadrados (Figura 04) e sua sede o mesmo nome está localizada a 144Km de Porto Alegre, pelas rodovias BR- 290 e BR-471, duas das principais vias de acesso à cidade de Rio Pardo.



Figura 01. Mapa do Brasil

Fonte: www.guianet.com.br



Figura 02. Mapa do Rio Grande do Sul

Fonte: www.guianet.com.br

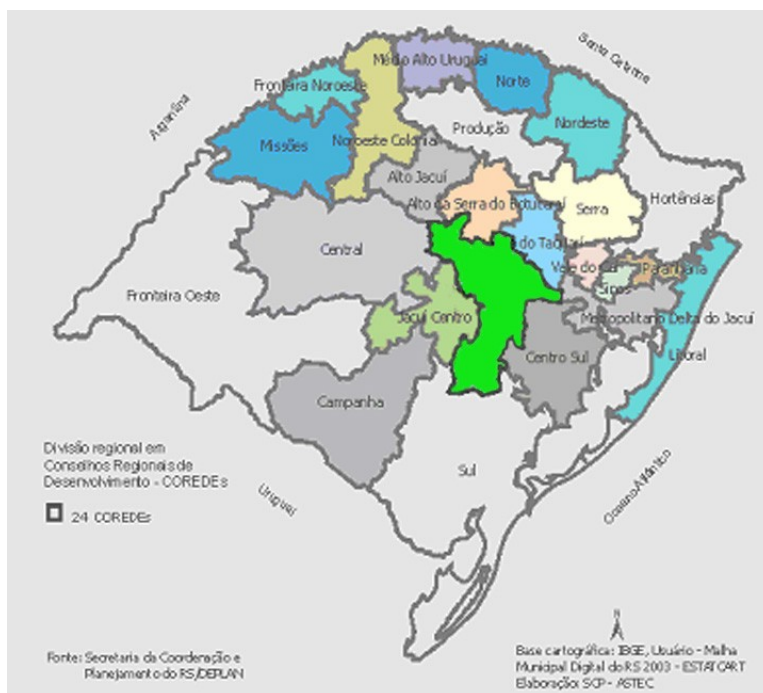


Figura 03. Mapa da Divisão em Consórcios Regional de Desenvolvimento – COREDES

Fonte: www.scp.rs.gov

A área destacada na cor verde corresponde aos municípios que compõem a região do Vale do Rio Pardo, sendo eles: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.



Figura 04- Mapa do Município de Rio Pardo

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Rio Pardo .

Dois rios cortam o município: o rio Jacuí, que corre no sentido oeste-leste, dividindo o território em duas porções e o seu afluente, o rio Pardo, que corre no sentido norte-sul. Existem cerca de 31 lagoas, entre elas Segredo, Coração, Forno, Viúva, Santa Maria, Formosa, Caco, do Meio, Buff. Além delas há cerca de 15 ilhas nos rios, destacando-se: Piquiri, Comprida, Pederneiras, Morcego, Santa Galo, Biscoito e Vão. O município possui balneários (praias de água doce) tanto para o lazer da população local, como para os turistas que as visitam no verão. As principais praias são: Ingazeiros, Porto Ferreira, Porto das Mesas, Praia do Lambari e Santa Vitória.

O clima do município de Rio Pardo é variável em todas as épocas do ano, apresentando um clima subtropical, com temperatura média que fica entre 17° e 20° C. Durante o inverno, aparecem as geadas e a temperatura pode cair até abaixo de 0° C.

Nos dados da contagem do IBGE (2000) sua população total era de

37.783 habitantes, sendo 18.473 homens e 19.310 mulheres, com uma população urbana de 26.041 e rural de 11.742 pessoas.³ Os principais distritos de Rio Pardo são: Rincão Del Rey, Albardão, Bexiga, Iruí, João Rodrigues, Passo da Areia e Passo do Adão. Na figura 02 pode-se visualizar no mapa do Rio Grande do Sul a localização do Município de Rio Pardo.

Como parte do sistema de transporte do município existe um terminal rodoviário por onde circulam diariamente linhas de ônibus da região e as que atendem aos distritos. Rio Pardo possui um ramal da estrada de ferro que liga Porto Alegre a Santa Maria, atualmente somente para transporte de cargas. Existe também o sistema ferroviário, que possui estações, tanto na sede, quanto em Ramiz Galvão, e que atualmente estão sendo revitalizadas com o intuito de desenvolver um projeto de passeio turístico. Os rios permitem navegação de barcos de pequeno porte. No rio Jacuí, a navegação é facilitada pelas comportas da Barragem de Dom Marcos. O município possui um aeroclube, com pista de 800m, com capacidade para aviões de pequeno porte.

Porto Alegre	146km
Pantano Grande	24 km
Santa Cruz do Sul	32 km
Santa Maria	193km
Passo Fundo	271km
Caxias do Sul	188Km

Quadro 2. Principais distâncias de Rio Pardo.

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Rio Pardo, 2005.

Entre as atividades econômicas desenvolvidas no município estão a agricultura, com o cultivo de arroz, soja, fumo e hortifrutigranjeiros; a pecuária, com a criação de bovinos de corte, gado leiteiro, ovinos e peixes; e no setor terciário destacam-se o comércio e as pequenas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários (carne, massas, cereais, biscoitos, salgadinhos), metalurgia, vestuário, esquadrias de ferro, móveis, utensílios de aço, esquadrias de madeira. No setor de hospedagem, a cidade dispõe do Hotel Terraço, Hotel Minuano, Casa Jesus Maria José e a Pousada das Águias. Na área gastronômica existem cinco alternativas: o Restaurante Terraço, o

³ Dados da página oficial do município. www.riopardo.rs.gov.br em 11 de janeiro de 2006.

Restaurante Moinhos de Vento, o Restaurante Taquari, o Restaurante Costaneira (Flutuante) e o Restaurante Minuano. Rio Pardo dispõe de uma agência de turismo que faz o receptivo no local, organizando roteiros pela cidade histórica e uma agência emissiva.

No que se refere às questões ligadas ao patrimônio, o município de Rio Pardo tem três bens históricos tombados, dentre eles a Rua da Ladeira, hoje Júlio de Castilhos, construída em 1813 com grandes pedras irregulares e com escoamento central copiando a "Via Appia", ligando o antigo Forte Jesus Maria José ao centro da cidade, tombada em 1954 pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil- IPHAM, a Escola Militar, construída de 1846 a 1880, tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual em 1983 – IPHAE e a Igreja da Matriz Nossa Senhora do Rosário, construída em 1779, com 7 altares e 16 metros de pé direito e sacadas para os nobres assistirem às missas e eventos, tombada pelo Patrimônio Municipal de Rio Pardo em 1978.

Uma das pessoas das que não se pode deixar de falar é sobre Biaggio Tarantino, grande historiador nascido em Rio Pardo (1903-1973), filho de Nunziato Tarantino (nascido na Itália) e Capitulina Tarantino (nascida no município de Encruzilhada do Sul), que foi um grande defensor do patrimônio histórico de Rio Pardo. Ele fundou o Museu de Arte Sacra da Capela São Francisco, o Museu Municipal Barão de Santo Ângelo, a Biblioteca Municipal, o Arquivo Histórico. Foi o responsável pelo tombamento da Rua da Ladeira pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1954. Depois de ir muitas vezes ao Rio de Janeiro, mesmo contra a vontade do prefeito da época (que foi radicalmente contra o tombamento), Tarantino conseguiu por seus próprios esforços este grande feito, enquanto já haviam sido arrancadas metade das pedras da Ladeira para dar lugar à pavimentação moderna e servir de alicerce para imóveis. Foi Secretário do Turismo e Vereador da Cidade; e também Conselheiro do Conselho de Educação e Cultura pelo Governador Euclides Triches.

É neste sentido que podem-se destacar, especialmente nas últimas duas décadas, algumas ações que partiram tanto da municipalidade como de grupos da população local. Como exemplo, a realização de dois levantamentos e inventários do patrimônio arquitetônico, a elaboração de um Plano Diretor que contempla em sua estrutura uma legislação básica pertinente ao assunto é a

realização de um Fórum Municipal no ano de 2003, sobre o patrimônio arquitetônico de Rio Pardo, em parceria com a esfera pública e privada, bem como a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. (Anexo A)

Porém, cabe destacar que, até a publicação da lei de preservação do patrimônio histórico, em 1979, os edifícios históricos eram vistos de forma depreciativa e representavam um “contra-desenvolvimento”, segundo o conceito de desenvolvimento da época, que valorizava o novo, ao mesmo tempo em que negava o antigo. A partir da inventariação de alguns prédios históricos, surgiram outras iniciativas no sentido de preservar e valorizar o patrimônio histórico-cultural.

Houve a iniciativa da população, em revitalizar as obras como a Igreja Matriz, a capela de São Francisco, a Antiga Escola Militar, a criação da casa do turista na rua da Ladeira e as ações individuais de valorização do patrimônio, como a Casa de Cultura Panatieri.

Paralelamente a este movimento crescente pela defesa do patrimônio cultural, surgem ações ligadas à promoção e criação de eventos. São diversos eventos dentre os quais podem-se citar a Semana Santa, na época da páscoa, e a Procissão de *Corpus Christi* que liga-se às tradições religiosas da comunidade local, a festa do Divino Espírito Santo e também a procissão do Senhor Morto. O carnaval de Rua de Rio Pardo é considerado um dos melhores desfiles da região. O Festival dos Sonhos de Inverno, é um evento que busca resgatar parte da história do município e integrá-la ao desenvolvimento do turismo, valorizando a gastronomia e a cultura local, onde o atrativo são os sonhos de Rio Pardo. Também pode-se destacar a Feira do Livro, a Festa do Peixe, realizada anualmente na primeira semana de fevereiro e o Natal nas águas de Rio Pardo, que ocorre tanto na parte central da cidade, quanto nos balneários situados junto do rio Jacuí.

Atualmente, Rio Pardo retoma sua importância na região do Vale do Rio Pardo, através da atual administração pública que criou em 2004 a Festa Portuguesa, evento que tem como objetivo revitalizar os usos e costumes dos luso-aborígenes. Outro acontecimento recente em Rio Pardo foi a construção da vila cenográfica para a gravação do filme: *Diário de um novo mundo*, baseado no livro *“Um Quarto de Léguas em Quadro”*, de Luís Antônio de Assis Brasil. O filme foi lançado em 2005 nos cinemas brasileiros.

Na atualidade observa-se uma busca incessante ao patrimônio para o uso turístico, e as últimas gestões municipais colocaram o desenvolvimento do turismo cultural como uma necessidade urgente para o município.

CAPÍTULO 5:

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE RIO PARDO

"Para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu".

5.1 Análise das relações entre as representações sociais do patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística

Neste capítulo serão analisadas as relações entre as Representações Sociais que os entrevistados têm sobre o patrimônio histórico-cultural do Município de Rio Pardo e o que é divulgado como patrimônio cultural pela folheteria turística. Foram encontradas dez categorias, sendo elas: história, memória, pertencimento, identidade, arquitetura, cultura, religiosidade, herança material, preservação e valorização.

A primeira categoria da pesquisa refere-se à história. A história é vista, neste trabalho, como uma forma de analisar e decodificar o passado, através dos vestígios e fragmentos que ficaram dele, mas considerando as circunstâncias do presente (SCHIAVO & ZETTEL, 1997).

Os entrevistados associam o patrimônio histórico-cultural às questões históricas do município, destacando o orgulho dos moradores em pertencer a um dos primeiros municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Todo o patrimônio cultural existente na cidade de Rio Pardo tem uma relação com os acontecimentos vividos pelos antepassados que colonizaram o município.

Na fala do entrevistado, morador do centro da cidade, pode-se verificar a importância do patrimônio histórico- cultural,

A importância de Rio Pardo em termos históricos [...], pois ele foi um embrião de uma quantidade enorme de município aqui no Rio Grande do Sul e foi palco de vários episódios como a Revolução Farroupilha, a primeira retirada dos espanhóis, a Revolução de 23, uma porção de coisas e ainda aqui em Rio Pardo nasceram uma quantidade enorme de pessoas influentes na República, o próprio Bento Gonçalves, era originário daqui, não nasceu aqui em Rio Pardo hoje, porém nasceu onde na época era Rio Pardo.

(Sérgio Silveira, 69 anos, Rio Pardense, Engenheiro eletrônico)

O mesmo entrevistado ainda ressalta na sua fala a questão ligada à

colonização do município até a sua formação,

Rio Pardo teve uma colonização essencialmente açoriana, porém começou com um bastião militar, aqui se travaram as lutas dos de antes contra os espanhóis, e Rio Pardo se firmou com a tranqueira invicta do Rio Grande do Sul. Por que daqui os espanhóis não passaram, eles vieram para o sul, chegaram na barranca do rio, e se assustaram com um forte que existia lá, com os canhões. Então a partir disso nasceu Rio Pardo, Rio Pardo prosperou com este grupo militar, destacamento militar, depois veio parar no tempo, varias partes de Rio Pardo foram se desmembrando, foram formando uma porção de municípios que existente hoje, a maioria quase, o oeste do Rio Grande do Sul, tudo era Rio Pardo.

(Sérgio Silveira, 69 anos, Rio Pardense, Engenheiro eletrônico)

Percebe-se que esse residente ao identificar a representação do patrimônio cultural remete ao processo histórico. O entrevistado confirma a questão de que atualmente o patrimônio histórico-cultural de Rio Pardo deve ser valorizado e preservado principalmente pela sua história.

Na folheteria turística aparecem os prédios que marcaram a história do município como, por exemplo, o Solar Almirante Alexandrino, que é reconhecido como um dos sobrados mais representativos de um importante período da história Rio-grandense. Pode-se perceber isso claramente na fala da professora de história que trabalha nesse elemento do patrimônio cultural, que hoje é um museu,

No inicio este prédio pertencia ao Senhor Matheus Simões Pires, que também teve grande participação política na comunidade Rio Pardense. O seu comércio, localizava-se aqui neste prédio que a rua se chamava antigamente de rua do Brasil, ele manteve suas atividades por boa parte do século XIX, sendo que hoje esta edificação é conhecida como o Solar do Almirante Alexandrino.

(Aida Aparecida dos Santos Ferreira, 56 anos, Rio Pardense, Professora)

Para os entrevistados, a importância histórica está apoiada no patrimônio cultural existente atualmente no município. E esta importância se relaciona aos traços culturais que remetem a um tempo passado abstraído de

uma representação contemporânea. A importância histórica do patrimônio cultural esta ligada ao passado, marcado pelas memórias de um período histórico da cidade de Rio Pardo.

Salienta-se que a categoria história permanece representada para os entrevistados, visto que o patrimônio cultural tem uma relação com todo o contexto histórico pelo qual o município passou, conforme consta na fala da entrevistada,

Pra mim o patrimônio representa bastante porque. Eu acho assim em primeiro lugar foi o inicio da colonização portuguesa, então as primeiras imagens os primeiros prédios, e também a minha família, meus antepassados fizeram parte disso aí né, de uma forma eu acho assim se agente conservar aquele inicio, a gente gostaria que isso aí continuasse fosse a frente de uma reforma, de uma conservação. Tem um lado da minha família inclusive que eles vieram inclusive com os dragões né, da época dos dragões, que fizeram parte deste inicio da cidade.

(Ceni Lisboa, 54 anos, Rio Pardense, Professora)

Esta entrevistada salientou que a história de Rio Pardo é também a história de sua família, então a representação que ela tem sobre o patrimônio é de valorização e preservação desta riqueza.

Quando mostrada a folheteria turística a uma das entrevistadas, a mesma ressalta que,

Eu vejo aí, toda a questão histórica, aqui existe um resgate de certa forma de todo nosso patrimônio arquitetônico, e também alguma coisa imaterial com fundo popular, (...). Mas o que eu vejo aqui são elementos relacionados com a formação da vila, com a formação do Rio Grande do Sul.

(Silvia Barros, 51 anos, Rio Pardense, Professora)

Percebe-se que a representação da entrevistada coincide com o que está posto na folheteria turística. A entrevistada ressalta que o poder público está divulgando como patrimônio, aquilo que realmente é, no que se refere ao

fatos que contribuíram para a construção da história do município de Rio Pardo.

A memória é a segunda categoria que permeia as Representações Sociais e os significados do patrimônio histórico-cultural. A memória é um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos homens e das sociedades atuais (LE GOFF, 1990).

Para Halbwachs (1950) a memória é “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”.

Moscovici desde seu trabalho pioneiro em 1961 ressaltou a importância da memória para as Representações Sociais. A memória para Moscovici (1989), não é nem inerte, nem completa, mas dinâmica e em mutação. Para ele, a memória está presente na ancoragem e na objetivação, em ambas as direções para dentro e para fora.

A Representação Social sobre o patrimônio histórico-cultural está ancorada na categoria memória, pois possibilita a reconstituição de épocas da vida que são recordadas em uma entrevista, em um bate-papo com um amigo daquela época, entre outras ocasiões.

No que se refere a esta categoria, uma das residentes entrevistada salienta que,

A igreja, tenho a lembrança de que o padre vinha seguido almoçar com a gente aqui, eu tinha que me confessar, coisa que eu não gostava, outra coisa a prefeitura, por exemplo aqui eu aprendi muito, neste prédio aqui do lado, porque embaixo era uma biblioteca e tinha um mini-museu zoológico de aves empalhadas, então na noite era uma possibilidade de se ler, porque abria a noite, então a gente tinha acesso `a biblioteca, neste local de cultura, isso influenciou muito mesmo o desandar de conquista profissional tanto até que eu sou bióloga, talvez porque vivi muito tempo com todos aqueles bichos empalhados aqui, entendeu.

(Elvira Panatieri, 67 anos, Rio Pardense, Bióloga).

Neste relato, apresenta-se o significado dos prédios antigos como lembrança, nostalgia, testemunhos de uma época de infância e adolescência da entrevistada que ao falar até fica emocionada. Verifica-se também na fala da mesma que existe atribuição de valor a tal patrimônio. O patrimônio

histórico-cultural, dessa forma, representaria a memória, a formação da própria entrevistada como profissional e ofereceria a possibilidade de remontar partes de sua trajetória de vida.

Na fala de outro entrevistado também se pode perceber a categoria memória, como é visto a seguir,

Eu nasci no interior do município, vivi a minha infância no interior, e o museu teve uma participação na minha vida de estudante, é um sentimento muito bom de recordar os tempos de infância.

(Valdíio Scherer, 62 anos, Rio Pardense, Professor).

A memória das pessoas, aparece nas entrevistas na forma de reconstruções do passado, lembranças de fatos relevantes, que constroem a representação social atualizada.

A entrevistada ressalta a importância do forte Jesus Maria José na sua adolescência, quando juntamente com a professora de história ia visitar esse lugar conhecido como o marco de criação do município de Rio Pardo.

Quando eu estava na oitava série, me recordo que íamos ao forte visitar, era muito legal pois a professora de história nos contava toda a história daquele lugar e nos ficávamos surpresos. É uma lembrança muito boa que guardo com carinho na minha memória, da adolescência.

(Sílvia Barros, 51 anos, Rio Pardense, Professora)

Com relação à folheteria turística a categoria memória está contemplada pela apresentação de alguns elementos citados pelos entrevistados como, por exemplo, o forte Jesus, Maria, José, a igreja Senhor dos Passos, a Antiga Prefeitura e o Solar do Almirante Alexandrino, onde atualmente está o museu Barão de Santo Ângelo.

Em terceiro lugar aparece o pertencimento como categoria das Representações Sociais sobre o patrimônio histórico-cultural,

Eu tenho amor a estas coisas né, amor eu acho porque eu me criei aqui entende, então tu vê, tudo pra mim tem um significado diferente, dos olhos das pessoas de fora. Eu tenho

prazer em dizer para as pessoas que eu sou Rio Pardense, eu tenho prazer de vir participar do festival do sonhos, tanto é que hoje eu estou fazendo este cursinho dos sonhos, por que sou apaixonada. Mas assim, amor a terra, amor as coisas antigas, valorizo as coisas que estão sendo feitas. Eu sou descendente de alemã, mas eu acho que a cultura luso-açoriana é rica, até quando teve o festival de danças folclóricas e o pessoal veio pra cá, eu até participei das danças, porque o eu gosto muito, é de participar, sou apaixonada em participar de tudo que é bom, sabe, então eu acho que isso aí é bacana, eu acho que isso aí é o que falta no colégio, o pessoal ensinar mais os jovens a preservar, ter amor às coisas de Rio Pardo, isso falta muito aqui em Rio Pardo.

(Ivone Heitling, 56 anos, nasceu em Santa Cruz do Sul, mas criou-se em Rio Pardo, Do Lar)

A entrevistada ressalta o seu amor em pertencer a uma comunidade na qual não nasceu, mas veio a residir e se orgulha de viver. Também é notório o valor dado por ela ao patrimônio que existe no município e ao empenho do poder público em revitalizar os costumes e o legado dos luso-açorianos na atualidade, mesmo que seja com o objetivo de desenvolver o turismo cultural com fins econômicos.

No que se refere à folheteria turística, o poder público está divulgando como patrimônio os saberes e fazeres da comunidade. Isto se evidencia na, realização de eventos como a Festa Portuguesa, com a gastronomia e o Festival dos Sonhos.

O pertencimento também pode ser verificado na fala do residente da casa que foi da primeira médica do Brasil,

A gente se sente muito orgulhoso de morar numa casa da primeira médica formada no Brasil né, isto pra mim será sempre um orgulho, que muita gente assim, vem me procurar saber informações né, do passado, das coisas que eram dela também, vem ver e isto pra mim tem muito significado, fazer parte da criação deles, eles me criaram desde de pequeno me deram de tudo, graças a eles e eu fico muito orgulhoso.

(Getúlio Franco, 57 anos, Rio Pardense, Artesão)

É notável o sentimento de pertencimento do sujeito, pois segundo ele,

existe a obrigação de preservar e valorizar todo o legado deixado pela sua mãe adotiva. Ele ressalta que: “é um sentimento muito forte, pois faz parte da história da gente também né”. (Getúlio Franco, 57 anos, Rio Pardense, Artesão)

Esta casa particular não é apresentada na folheteria turística, porém nos *city tours* realizados pela secretária de turismo, está incluída a observação da parte externa da residência.

O casal que reside na casa que foi da primeira médica do Brasil também ressalta o sentimento de pertencimento pelos outros elementos do patrimônio cultural,

Todo o patrimônio, os prédios, as manifestações têm um valor sentimental como Rio Pardense nato, no caso deste prédio que está nos meus olhos todos os dias, que o dono não tem dinheiro pra arrumar e é tombado, eu sinto como uma tragédia, o senhor dono, até adoeceu passou mal quando começou a cair isso aí, aí ele quis botar tudo no chão e foi proibido é que é tombado. E simplesmente tá aí o dono caminhando com uma bengala, olha pra aquilo ai, e dá tristeza de ver mas ele não tem dinheiro pra fazer o que ele queria fazer. E ai o prédio tá caindo e ai vai ficar tombado mesmo só que tombado no chão.

(Marlene e Getúlio Franco, 54 anos e 57 anos, Rio Pardense, Artesões)

Na fala dos entrevistados percebe-se que eles não apenas se preocupam com o patrimônio que lhes pertence (a casa em que moram), mas também com a situação de um vizinho, cujo prédio histórico esta arrolado no tombamento municipal e precisa de reparos urgentes para não cair, mas que o proprietário não dispõe do recurso necessário para tal fim.

Uma questão que é pertinente ressaltar, se refere à posição do vizinho do casal entrevistado, que quer derrubar o seu prédio para construir uma garagem para aluguel de barcos. Neste caso, fica implícito que existe uma contradição entre o posicionamento do casal que foi entrevistado e o vizinho que possui o prédio em más condições. A posição do vizinho pareceria indicar que ele não tem o mesmo sentimento de pertencimento que os entrevistados, pois se ele realmente sentisse algo pelo seu patrimônio estaria lutando para buscar apoio para a revitalização deste prédio. O fato que ele queira derrubar seu prédio prova que ele não está se importando com o seu patrimônio. Fica evidente que existe um conflito de interesses entre os entrevistados e o vizinho que não quis ser entrevistado.

A categoria de pertencimento aparece na fala da Professora de História, que diz que,

Simplesmente sentimento, eu sempre reconhecia a minha cidade aquela coisa de andar pela rua e nem se dar conta de por onde está passando, mas sabe que está passando por um lugar que é familiar, que é conhecido, que faz parte da gente. Então a minha primeira percepção sempre foi esta. Porque talvez por ter nascido aqui, ter sido criada aqui, gostar da cidade onde eu moro.

(Silvia Barros, 51 anos, Rio Pardense, Professora)

O processo de pertencimento acontece quando o sujeito está consciente do que lhe pertence, e se coloca como protagonista daquele patrimônio. Na fala da entrevistada fica claro que ela se sente parte da cidade em que reside e trabalha.

Com relação à folheteria turística se pode constatar que o poder público apresenta um discurso, buscando que a comunidade se sensibilize pelo patrimônio existente na cidade.

A identidade é a quarta categoria a ser analisada, e conforme Hall (1992), é flexível e sujeita a transformações .

Para Pires (2002, p. 102), a identidade cultural seria “o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de um corpo de conhecimentos, seus elementos individualizadores e identificadores; enfim, o conjunto dos traços psicológicos, o modo de ser, de sentir e de agir de um grupo, que se reflete nas ações e na cultura material”, e esta por sua vez, estaria diretamente relacionada à forma como o indivíduo interage com a sua cidade e o patrimônio coletivo, assim, como os problemas que atingem a comunidade.

Como é exposto na fala do Senhor Fernando Wunderlich, que ressaltou a sua ascendência materna açoriana, para ele, todos os elementos do patrimônio histórico-cultural são importantes, pois constroem a sua identidade cultural.

Eu sou filho de uma açoriana, pra mim todo este patrimônio existente aqui em Rio Pardo me faz lembrar as histórias que minha falecida mãe contava, eu trago comigo se você pode observar todas as recordações do passado e alguma coisa do presente também, aqui no meu escritório eu consigo manter uma relação com a minha identidade cultural e também

consigo preservar as lembranças da minha família.

(Fernando Wunderlich, 75 anos, Rio Pardense, Advogado)

De forma mais objetiva, o patrimônio histórico-cultural seria, para alguns entrevistados, referência de sua identidade, trazendo informações sobre as famílias das quais descenderam. Neste caso, o entrevistado atribui valores de identidade ao patrimônio que fez parte da sua história de vida.

Com relação à folheteria turística de Rio Pardo, a categoria identidade estaria presente na etnia luso-açoriana divulgada pelo poder público como etnia que fundou e colonizou o município. Numa primeira análise, verifica-se que a Representação Social dos entrevistados está de acordo com o que é divulgado pelo poder público como patrimônio cultural.

As quatro primeiras categorias encontradas referem-se ao patrimônio cultural imaterial, os saberes e fazeres. O decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Os registros dos bens imateriais são, a partir de então, condicionados à inscrição em um dos seguintes Livros: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares.

A quinta categoria a ser analisada refere-se à questão da arquitetura, que segundo a arquiteta entrevistada em Rio Pardo,

Pouco resta da arquitetura açoriana original em Rio Pardo. Os sobrados e casarões de linhas com suas janelas arqueadas, eiras e beiras e cachorradas (beiradas de madeira) foram se transformando com o tempo e sofrendo influências de outras correntes arquitetônicas, principalmente do neoclássico francês do final do século 18. Provavelmente, a característica mais marcante que ainda resta são as duas igrejas, prova do apego religioso dos primeiros colonizadores. Como um autêntico exemplo da arquitetura portuguesa do século 19 o atual Museu Barão de Santo Ângelo, onde nasceu e viveu o almirante Alexandrino de Alencar. A casa foi reconstruída em barro e madeira e preserva os traços originais, apesar de ter sido restaurada. Tem na parte inferior uma senzala que abrigava os escravos domésticos.

(Vera Schultze, 52 anos, Rio Pardense, Arquiteta)

A entrevistada salienta que no Município de Rio Pardo existem poucos elementos da arquitetura colonial, mas que o que ainda restou está em bom

estado de conservação ou está sendo revitalizado.

A Representação Social da entrevistada sobre a arquitetura vai ao encontro do que está sendo divulgado na folheteria turística. O poder público apresenta vários elementos com características únicas da arquitetura portuguesa do século 18, que é representada pelos entrevistados como patrimônio.

Percebe-se que os sujeitos entrevistados salientam a importância arquitetônica dos seus bens patrimoniais. Isto é visto na fala da senhora que reside em uma casa que tem mais de 200 anos e que apresenta uma arquitetura genuinamente portuguesa,

Conhecer uma casa de 1698, construída no estilo luso-brasileiro, que era com material da época, barro taquara, pedra, tijolo bem maciço bem enorme, que é conhecido como pau a pique ou estuque, [...]e aí por exemplo ver a situação de uma estrutura bem antiga do século passado, como moradia as dificuldades que tinham os moradores, não tinha banheiro, vasos, não tinha a água instalada, eram várias as dificuldades que eles passaram. Por exemplo a temperatura da casa é completamente diferente da temperatura do exterior, as pessoas quando entram na casa sentem mais frio ela é mais fresca, devido ao pé direito da casa, a estrutura do espessamento das paredes que faz com que o sol tenha dificuldade em penetrar somente pelas janelas, eu entendi depois de muito tempo porque aquelas mulheres usavam roupas fechadas de manga comprida mesmo no verão, a casa permitia que elas tivessem esta maneira, não só por estética e sim pra se abrigar do frio. Outra coisa é falar da idéia que os portugueses tinham de uma casa grande, é não ser uma casa estanque aos compartimentos, eles viviam em família, não adiantava fechar a porta do quarto, porque não existia uma porta, e sim duas três, parece um labirinto, uma peça da pra outra, é muito funcional no sentido de ninguém pode se esconder.

(Elvira Panatieri, 67 anos, Rio Pardense, Bióloga).

Na fala da senhora Elvira fica claro o seu orgulho em poder mostrar para os visitantes o seu patrimônio que tem uma arquitetura colonial, uma vez que restam na cidade poucos sobrados com esta peculiaridade.

Especificamente com relação ao Solar Panatieri, a folheteria turística traz informações que são de cunho pessoal, pois o prédio ainda é de propriedade particular.

A cultura tendo como características específicas a gastronomia, a música, os hábitos e os costumes aparecem como sexta categoria. Na análise da fala da entrevistada percebe-se que o patrimônio simbólico é um importante elemento da representação social.

Olha, a representação que eu tenho da nossa cultura portuguesa é uma coisa muito boa, pois a gente convive não só com o nosso pessoal da associação, os artesãos, mas com toda a comunidade, vem gente de fora então a gente tem contato com estas pessoas, a gente conversa, troca idéias. O nosso artesanato é muito rico, existem pessoas que produzem o artesanato em palha que é de época.

(Liane Marques, 52 anos, Rio Pardense, Artesã)

Neste relato, verifica-se que a cultura imaterial, ou seja, os costumes da comunidade são evidenciados e valorizados pela entrevistada que além de preservar suas raízes também pode através do artesanato mostrar aos visitantes o legado luso-açoriano.

Percebe-se que a folheteria turística não apresenta o artesanato como patrimônio cultural da comunidade de Rio Pardo, porém é considerado pela entrevistada como um importante patrimônio cultural.

Em nenhum momento aparece na folheteria a descrição da cultura imaterial como patrimônio, no entanto, conforme a fala da senhora Elvira, o legado português ainda é mantido no município,

Existem algumas tradições bem portuguesas, por exemplo os doces, a ambrósia, o arroz de capela, que é aquele arroz com o sangue da galinha, Rio Pardo não seria Rio Pardo, seria uma outra cidade se não tivesse o registro oral da caminhada dos antepassados, o que seria Rio Pardo, seria nada.

(Elvira Panatieri, 67 anos, Rio Pardense, Bióloga).

A entrevistada ressalta que a gastronomia é um patrimônio imaterial que deve ser valorizado para que continue a representar a cultura dos antepassados que colonizaram o município e legaram à comunidade atual estes saberes.

Com relação à gastronomia, a folheteria turística, apresenta alguns dos elementos considerados como patrimônio pelos entrevistados no caso, os sonhos de Rio Pardo e a culinária específica da Festa Portuguesa.

Na fala da senhora Jardelina, é interessante salientar que o ofício de

cozinheira lhe traz muito orgulho, e que ela preza pelo legado luso-açoriano na confecção dos sonhos autênticos de Rio Pardo,

Da culinária, eu trabalho com doces, salgados, bolos artísticos, e também com o sonho de Rio Pardo, ai que estão resgatando agora nestas festas, agora portuguesa, opa mais entra o sonho tradicional, só que agora estes dias eu disse pro Prefeito, agora eu fiquei muito triste andando pra lá e pra cá que era o festival dos sonhos e não achei o sonho tradicional era só sonho recheado. Porque é mais fácil a massa []. E uma que pode ser portuguesa é a galinha cabidela ou ao molho pardo que são poucas pessoas que fazem, eu tive muito tempo restaurante no centro e as pessoas de Porto Alegre ligavam pra saber se eu não ia fazer a galinha ao molho pardo, e muitas vezes as pessoas daqui iam em outros lugares.

(Jardelina Bandeira, 70 anos, Rio Pardense, Cozinheira)

Muitas senhoras da comunidade participam de oficinas oferecidas à comunidade pelo poder público para aperfeiçoar e aprender o ofício de doceira e cozinheira. Em uma das visitas a campo a autora da pesquisa, pode observar a realização da oficina com a participação de uma parcela relativamente grande de senhoras da comunidade.

Ainda, com relação à cultura é interessante destacar na fala abaixo, do entrevistado, como para ele a música é um importante patrimônio cultural,

a serenata é uma antiga tradição que nossos antepassados trouxeram de além-mar e foi incorporado ao cancioneiro popular brasileiro. Aqui em Rio Pardo ela já foi muito praticada e agora esta presente na Festa Portuguesa. Eu mesmo fui responsável por organizar as serestas durante a Festa Portuguesa, o que me deixou muito feliz.

(Valídio Scherer, 62 anos, Rio Pardense, Professor)

Cabe destacar que somente na fala a seguir, pode-se perceber que o entrevistado ressalta a existência do carnaval, mas que para ele não é importante como patrimônio,

E com referencia à cultura, eu acho que a cultura de Rio Pardo, ela tem muito ainda que subir, o carnaval é uma coisa que é cultura, eu acho bonito carnaval, gosto do carnaval. Eu fui da diretoria do Taquari e participava ativamente do carnaval, gostava e gosto muito de carnaval, mas é um dos tipo de coisa

que a gente poderia deixar em segundo plano.

(Cirilo Ferraz, 63 anos, Rio Pardense, Policial Militar)

Na percepção do entrevistado o carnaval é uma manifestação cultural que para ele não tem tanta importância como patrimônio, ou seja, ele salienta que o que se refere a forma de ser no dia-a-dia, é mais importante que o carnaval.

Porém, a folheteria turística divulga o carnaval como patrimônio cultural da comunidade de Rio Pardo, salientando o sucesso do mesmo e a importância para o desenvolvimento do turismo na cidade.

A religiosidade é a sétima categoria a ser destacada, visto que é um dos traços culturais mais importantes herdados da colonização luso-açoriana em Rio Pardo, como por exemplo, a tradicional Devoção ao Espírito Santo, o culto ao Senhor Cristo dos Milagres, a procissão de Corpus Christi, entre outros.

Na entrevista feita com o Senhor Cirilo, pode-se confirmar a importância da religião para a comunidade de Rio Pardo,

Eu até, fugindo do assunto quero falar uma coisa sobre a minha religiosidade, nós temos na minha religião um canto que ele diz mais ou menos assim: agora é tempo de ser igreja, caminhar junto, participar. Então em todos os motivos a gente deveria de caminhar junto e participar, tanto em Rio Pardo como no Rio Grande e como no Brasil.

(Cirilo Ferraz, 63 anos, Rio Pardense, Policial Militar)

Segundo a Senhora Carmem, a religiosidade é um patrimônio a ser mantido e passado de geração em geração e ela acredita que isso está sendo feito em Rio Pardo com o passar dos anos.

Rio Pardo existe há mais de duzentos anos e minha mãe contava que desde sua infância, participava das celebrações. A Semana Santa era o período mais intenso de reflexão cristã, que se iniciava na quarta-feira de cinzas e se estendia por toda a quaresma. Na sexta-feira santa, dia da paixão e morte de Cristo a cidade ficava deserta. A Procissão do Senhor Morto em Rio Pardo é um evento religioso e cultural, que faz parte do patrimônio histórico dos cidadãos Rio Pardenses.

(Carmem Rezende, 77 anos, Rio Pardense, Professora)

A religiosidade é uma categoria muito importante, pois só na área central do município existe a igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, a igreja Nosso Senhor dos Passos e ainda a capela de São Francisco de Assis. A importância das Igrejas relaciona-se com os serviços elementares à população, ou seja, as diversas atividades sociais como as festas religiosas e as procissões que são realizadas pelas mesmas.

Durante a pesquisa de campo pode-se observar que a devoção da comunidade à religião é tão grande que as pessoas fazem o sinal da cruz quando passam em frente às igrejas.

A categoria religiosidade está presente na folheteria turística, pois o poder público apresenta quatro igrejas como patrimônio cultural e isto é ancorado e objetivado pelos entrevistados.

A herança material por sua vez é a oitava categoria de análise, sendo que pode-se perceber na fala da entrevistada que existe um sentimento subjetivo ligado ao patrimônio,

Por um fato muito significativo pra mim que o amor que eu tenho pelo o que eu recebi, pela herança que tenho neste patrimônio aqui, que eu chamo de elefante branco, e pela paixão que eu tenho pelo meu pai que me deu. É nossa obrigação preservar o passado, para te acompanhamento daquilo que um dia foi importante para constituir o presente, ou seja, a nossa herança cultural.

(Elvira Panatieri, 67 anos, Rio Pardense, Bióloga).

A representação da entrevistada sobre a sua casa, relaciona-se a sua própria origem, representando uma parte de si mesmo. O depoimento remete à importância do prédio como herança de seu pai.

Salienta-se que o mais importante na representação aqui exposta pela entrevistada sobre o seu patrimônio histórico-cultural, está além do valor imobiliário. Percebe-se, pela fala dela, a importância afetiva do legado. A entrevistada salienta ainda, que a questão da herança deve ser discutida por todos.

O valor atribuído ao patrimônio pela entrevistada está, pautado no desejo de permanência e continuidade de sua história, conforme a fala a seguir,

Eu digo assim, as pessoas sempre nas suas famílias temos os

mais idosos, e o que costumam fazer com os mais idosos, o normal é acolher, fazer com que eles se sintam quentinhos, arrumadinhos bonitinho, remedinho, passear com eles, aquela coisa toda, porque todo este cuidado? Pra que eles possam continuar vivendo e dando a sua experiência, contando para os mais moços toda aquela vivencia deles e tal. Então porque isso não com o patrimônio? Que mal amado é o patrimônio. Porque, não sei, ele precisa de remédio, de cuidado, de todo um artefato de coisas, pois passou muito tempo 200 anos quase e eles precisam continuar de pé.

(Elvira Panatieri, 67 anos, Rio Pardense, Bióloga).

A representação do patrimônio histórico-cultural insere-se, portanto, naquilo que é partilhado por experiências comuns. Edificações, paisagens naturais, sítios urbanos e rurais, praças, ruas, entre outros, são espaços compartilhados pelos homens que, na vida cotidiana, os significam e os reinterpretem a partir de suas vivências.

Conforme a folheteria turística os prédios, as ruas, as casas particulares, as festas são elementos considerados como herança material pelo poder público de Rio Pardo e é um importante atrativo para o turismo cultural.

Conforme pode-se perceber na fala da entrevistada, a herança tem valor sentimental,

As excursões passam e param aí na frente e a guia conta que esta casa foi da primeira médica do Brasil. Mas eu não abro pra eles entrar, eu já estive na casa da Anita Garibaldi em Santa Catarina, eles cobram cinco reais pra entrar e ver uma sala, mas aí eu acho um absurdo isso, aqui não é valor, é sentimento que não paga. Eu podia deixar uma peça aqui e botar todas as coisas dela exposta e cobrar um real que seja, mas aí isso não faz parte da índole da gente. Mas aí eu penso cá comigo, a mulher trabalhou a vida inteira dela, se dedicou criou meu marido, deixou isto pra nós e agora eu vou começar a ganhar dinheiro ali, a não posso fazer isto. O que ela nos deixou está acima de valor financeiro, é sentimental.

(Marlene Franco , 54 anos, Rio Pardense, Artesã)

Percebe-se na fala da entrevistada o valor existente no patrimônio legado a ela e ao seu esposo que não tem preço. Pois para ela seria falta de respeito ganhar dinheiro com um patrimônio que ficou de herança da primeira

médica do Brasil.

Entende-se que existe uma disparidade entre o que a entrevistada fala e o que a folheteria turística propõe, pois o poder público divulga os elementos como patrimônio, com o objetivo de gerar renda à comunidade. E a entrevistada ressalta que ela não se sente à vontade em abrir a sua casa, como no caso da cidade de Laguna, em Santa Catarina, onde existe a visitação à casa que foi de Anita Garibaldi. Para a entrevistada isso seria uma vergonha, ganhar dinheiro com o sacrifício da mãe adotiva do seu esposo.

Percebe-se na fala abaixo, do entrevistado, a importância do patrimônio atual para deixar como herança para os seus netos,

Eu acho isso de um valor imensurável, seria tão bonito se a gente conseguisse deixar esta história para os nossos netos, para as gerações futuras, que hoje nos não estamos tendo condições de cuidar disso aí, na verdade existe ações pontuais, como o centro de cultura ali, tem algumas outras, mas teria que ter uma ação muito mais ampla, eu acho que entra todos os cidadãos.

(Valídio Scherer, 62 anos, Rio Pardense, Professor).

O sujeito entrevistado ressalta a importância do patrimônio como herança, mas ressalta que são poucas as ações concretas por parte da comunidade e do poder público para que de fato as futuras gerações recebam como herança algum patrimônio material e imaterial.

Pode-se salientar que com relação à folheteria turística, o poder público divulga através da Festa Portuguesa a idéia de preservação da cultura, apoiando o grupo de dança luso-açoriano, formado por adolescentes da comunidade local.

A preservação aparece em nono lugar como categoria.

O termo preservação é utilizado num sentido amplo e dinâmico, atribuído pelos especialistas ligados ao patrimônio, entendido como o processo de restauro, preservação e manutenção de bens culturais (MURTA, 2002).

As ações do poder público e de alguns cidadãos da comunidade através de ONGs são valorizadas e ancoradas pela entrevistada como pode ser visto na fala da mesma,

Quer dizer esta parte é uma das parte que eu adoro e gosto e esta coisa do patrimônio como agora a casa de cultura, já fui ali né, quer dizer que eu fico feliz e fico contente de eles estarem restaurando estas casas antigas e mostrando uma coisa que nunca mostravam que nunca ninguém falava, a rua da ladeira. Tudo isso é super importante e cada vez valorize-se mais.

(Jardelina Bandeira, 70 anos, Rio Pardense, Cozinheira)

Vale destacar que a entrevistada se refere, à antiga Escola Militar, cuja restauração foi feita através de ações da Prefeitura Municipal, em parceria com a ONG – União dos Ex- Alunos Amigos do Auxiliadora – UNIAMA e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), passando a exercer atualmente, a função de “Centro Regional de Cultura do Vale do Rio Pardo”.

A atual administração pública, juntamente com as secretarias de turismo e planejamento estão buscando revitalizar os prédios públicos, principalmente com o apoio do governo federal e estadual e também em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul, no que diz respeito aos projetos de viabilização para a restauração. Durante a pesquisa de campo, a autora pode observar que estavam acontecendo algumas ações, como pintura externa dos elementos que estão na folheteria turística do Município.

Segundo a arquiteta entrevistada, os moradores valorizam as ações em prol da preservação,

Outro bom exemplo de preservação é a Rua da Ladeira, atual Júlio de Castilhos, que foi uma das primeiras ruas calçadas do Estado (1813). Feita com blocos de pedras irregulares e escoamento central, servia para ligar a fortaleza à parte residencial da cidade. É tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional. Outra característica curiosa são as eiras e beiras, detalhes que circundavam os telhados e representavam sinais de ostentação. Daí a origem da expressão "*sem eira nem beira*" referir-se às classes menos abastadas.

(Vera Schultze, 52 anos, reside em Rio Pardo, Arquiteta)

Conforme pode ser visto na fala do entrevistado, ainda existem alguns elementos do patrimônio histórico-cultural que não são preservados, ou não estão sendo revitalizados como deveriam ser, este é o caso da Igreja Matriz.

Com referência aos prédios históricos aqui de Rio Pardo, eu

acho eles muito lindos, só estão um pouco deixados pelo poder público, especialmente a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e a Igreja São Francisco, faz anos que eu ouço com referência à restauração, mas só fica no papel ou na conversa, como eu gostaria de ver, especialmente a igreja matriz ela restaurada, porque é uma igreja muito linda e é um dos pontos turísticos principal de Rio Pardo, principalmente para os católicos né.

(Cirilo Ferraz, 63 anos, Rio Pardense, Policial Militar)

O sujeito entrevistado salienta que na sua percepção, deveria existir mais vontade do poder público em manter sempre o patrimônio em bom estado de conservação, pois além de beneficiar a comunidade local estaria contribuindo para desenvolver o turismo.

A entrevistada salienta que as ações do poder público só beneficiaram o município, incentivando grupos isolados de cidadãos a preservar e revitalizar o legado cultural,

A partir da inventariação de alguns prédios históricos, surgiram outras iniciativas no sentido de preservar e valorizar o patrimônio histórico arquitetônico, como a iniciativa da população em restaurar as Igrejas Matriz e a Capela de São Francisco e a antiga Escola Militar.

(Eneiva Muller, 57 anos, Rio Pardense, Professora)

Fica evidente a importância da preservação na fala da entrevistada, que é descendente de escravos negros,

A preservação material e imaterial é de suma importância aqui em Rio Pardo, pois é uma maneira de valorizar a cultura do passado. Por exemplo, as telhas eram feitas nas coxas dos escravos.

(Aida Aparecida dos Santos Ferreira, 56 anos, Rio Pardense, Professora)

Salienta-se que os entrevistados se sentem parte da cidade e sabem da importância de manter o seu patrimônio em um bom estado de preservação,

Eu sou uma pessoa dedicada a minha terra, se eu vejo um problema tento resolver. É muito importante que haja a preservação dos prédios históricos, da cultura das pessoas.

(Marlene Franco, 54 anos, Rio Pardense, Artesã)

Neste relato é possível verificar que a entrevistada se importa com os acontecimentos da cidade, que valoriza as ações de preservação do patrimônio cultural, uma vez que com isso ela terá renda, pois seu sustento vem do artesanato que é vendido aos turistas quando em visita a cidade histórica.

Percebe-se claramente que todos os depoimentos valorizam as iniciativas tanto do poder público como de grupos isolados de moradores de Rio Pardo, pois além de valorizar a história de vida da comunidade estarão podendo desenvolver o turismo cultural.

A folheteria turística busca ressaltar a importância da preservação até porque é o nome do município que está sendo divulgado e os atrativos necessitam estar em bom estado de conservação. As iniciativas do poder público ocorrem, buscando firmar parceria com a comunidade no que diz respeito a pintura de prédios particulares, ao embelezamento das ruas da cidade, a divulgação do município em eventos estaduais e nacionais, entre outras iniciativas que viabilizam o desenvolvimento do turismo.

A décima categoria refere-se à valorização do patrimônio, e esta valorização vem ao encontro do desenvolvimento do turismo cultural. O entrevistado confirma que é necessário a valorização do patrimônio para o desenvolvimento turístico,

E eu penso que isso aqui é uma riqueza que não tem preço, e se você deixar perder isso aqui, e se você olhar sob o aspecto econômico poderia alavancar o turismo assim de uma forma diferenciada aqui na região. Eu acho importantíssimo, a preservação deste valores, desta tradição. Eu acho que além de preservar a nossa história, nossas tradições, a festa portuguesa, a festa do peixe, dos sonhos, elas enaltecem as nossas riquezas e são muitas vezes instrumentos para alavancar o turismo, trazem divisas para o município. A festa portuguesa por exemplo tem como objetivo revitalizar as origens, pois a comunidade aqui é de origem açoriana, buscam resgatar esta história para as gerações que estão vindo aí né. Apenas está se mostrando para as gerações presentes como Rio Pardo se formou, seu desenvolvimento, e isso deveria de ser mais valorizado, nossas origens, a nossa história não pode se perder.

(Valdíio Scherer, 62 anos, Rio Pardense, Professor)

Fica evidente nas falas dos entrevistados que entendem que é de extrema importância a valorização do patrimônio para que o turismo de fato se desenvolva,

A coisa mais importante pra nós que somos naturais de Rio Pardo, nascemos e se criamos em Rio Pardo né, é saber que Rio Pardo tá sendo divulgado aí fora com a nossas histórias né. Eu já fui guia turístico aqui em rio pardo, quando chegava as excursões aqui, eu saía em todos estes pontos, eu conheço todos eles, a hidráulica (antigo forte), as imagens, a história da noiva de Rio Pardo, agora saiu um seriado na globo, falando sobre as noivas de Rio Pardo, o certo é a noiva, pelo menos foi o que eu aprendi quando estudei para ser guia. O histórico de uma cidade tem que permanecer uma só, não se pode inserir palavras e mudar a história.

(Marlene Franco, 54 anos, Rio Pardense, Artesã)

Tu imagina só, nos temos a rua da ladeira, que um dos pontos turísticos de Rio Pardo, se agente passar ali e tiver alguém que esta visitando se orgulha de olhar isso aí, e muitas vezes passa despercebido por nós Rio Pardenses. Não dá o valor total pra aquilo que merece, talvez não sabe a história e talvez até não saiba como foi construído, como e porque foi construído, como e porque que aquelas pedras parram ali.

(Cirrilo Ferraz, 63 anos, Rio Pardense, Policial Militar)

Conforme o Senhor Cirrilo, é necessário que se fale mais sobre os bens patrimoniais para que o residente acompanhe mais o que está acontecendo na sua cidade, neste caso o turismo cultural.

Na folheteria turística encontra-se informações que sensibilizam os moradores de Rio Pardo sobre a importância de valorizar o patrimônio para que de fato o turismo se consolide no município. Os sujeitos entrevistados incorporam o que é divulgado pelo poder público através da folheteria turística.

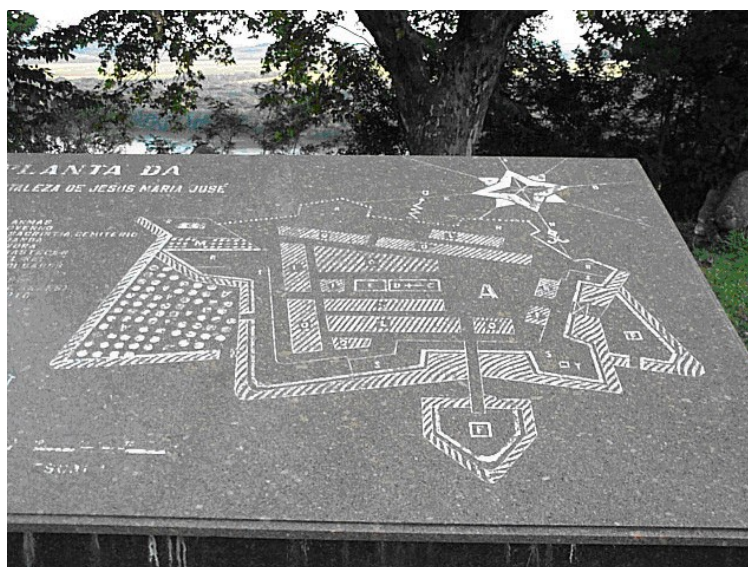
A análise das representações sociais dos entrevistados se torna bastante complexa, pois existe uma disparidade entre elas, visto que, alguns cidadãos representam o patrimônio existente na cidade como um todo e outros apenas no âmbito pessoal. Podem ser destacadas algumas manifestações pessoais, de preocupação dos entrevistados com as questões ligadas à forma de divulgação do patrimônio histórico-cultural para o turismo.

5.2 Apresentação da folheteria turística

Apresentam-se aqui os elementos considerados oficialmente como patrimônio histórico-cultural pelo poder público nas últimas três administrações, ou seja, dos últimos doze anos. As informações que estavam contidas na folheteria turística do Município de Rio Pardo foram transcritas. Optou-se em fotografar os elementos com o objetivo de uma melhor visualização dos mesmos.

* A Fortaleza Jesus Maria José, que foi construída em consequência do Tratado de Madri, e relembra a origem militar do município, com a permanência de canhões e uma reprodução da planta da fortaleza. O desenho da planta é de Francisco Riopardense de Macedo e a execução é de J.J. de Assis Machado. A Planta consiste em: Praça das Armas, Casa do Governo, Igreja/Sacristia/Cemitério, Corpo da Guarda, Casa da Pólvora, Casa de Reabastecer, Armazém de El Rei, Quartéis de Soldados, Munições, Casa de Moradores, Curral (cavalos e rezes), Escala para o Porto, Praças Baixas, Praças Altas, Pau da Bandeira. Aqui os bravos "Dragões de Rio Pardo", resistiram a todas as invasões e dela lançaram e fixaram as fronteiras

meridionais da pátria. Localiza-se hoje no bairro Fortaleza.



5 - Planta da Fortaleza de Jesus Maria José

Foto: Claudiana Y Castro

* A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, templo imponente localizado na rua Julio de Castilhos, ou antiga rua da Ladeira. A Matriz é a maior igreja do Município, foi inaugurada em 1779 em estilo barroco. A igreja foi ricamente ornamentada, os altares tem detalhes em relevo, revestidos em ouro palheta, com destaque para o altar-mor e o de Nossa Senhora das Dores. Logo no acesso, à esquerda, está o túmulo do Barão do Triunfo, herói da Guerra do Paraguai. Também uma estátua de Cristo articulada em tamanho natural, conhecida como a imagem do Senhor Morto.



6- Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário

Foto: Claudiana Y Castro

* A capela de São Francisco de Assis, pertencente à Ordem Terceira dos Irmãos de São Francisco de Assis, está localizada à rua São Francisco. A data da primeira missa é de 1812, quando se trasladou a imagem de São Francisco das Chagas para o templo. A igreja reúne uma das mais ricas coleções de arte sacra do Estado, contando com imagens que representam os passos da paixão de Cristo, ou as sete imagens da Via Sacra. Ao lado da igreja, encontra-se o museu de Arte Sacra, com exposições de diversas peças e utensílios valiosos, como a Coroa do Imperador Divino, que era utilizada em procissões pelo povo.



7- Capela de São Francisco de Assis

Foto: Claudiana Y Castro

* Igreja Nosso Senhor dos Passos, pertencente desde a sua construção, no século XIX, à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Está localizada na rua General Andrade Neves, foi inaugurada em 1815. Tem sete imagens da Via Sacra e uma imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, todas em tamanho natural, que constituem o Museu de Arte Sacra da capela São Francisco.



8- Igreja Nosso Senhor dos Passos

Foto: Claudiana Y Castro

*Capela de São Nicolau, situada à 5 km do centro da cidade no local atualmente chamado Aldeia de São Nicolau. Foi construída no século XVIII para dar assistência espiritual aos índios procedentes das Missões. Possui interessante estatuária missioneira de feições rústicas e primitivas dessa época.



9-Capela de São Nicolau

Foto: Claudiana Y Castro

* O Solar do Almirante Alexandrino, neste sobrado de dois andares nasceu e viveu o Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha e do Supremo Tribunal, entre 1906 e 1922. O sobrado faz parte da arquitetura colonial portuguesa, foi construído no final do século XIX, e ainda tem uma senzala para escravos domésticos. Atualmente é sede do Museu Histórico Barão de Santo Ângelo, nome em homenagem ao Barão de Santo Ângelo, título de nobreza de Manoel de Araújo Porto Alegre, nascido em Rio Pardo em 1806. Possui um vasto acervo histórico e cultural, dotado de objetos que reproduzem a memória de Rio Pardo e do Rio Grande do Sul.



10- Solar do Almirante Alexandrino

(Museu Barão de Santo Ângelo)

Foto: Claudiana Y Castro

* O Colégio Militar, construção ligada aos confrades do Senhor dos Passos. A pedra fundamental foi lançada em 1848. Originalmente a obra destinava-se a ser uma casa de caridade ou hospital para a Comunidade. A construção do prédio foi bastante demorada e por ocasião da segunda visita do Imperador em 1865, foi dada uma destinação ao prédio como escola militar de tática. Inicia assim uma longa tradição, pois pelo mesmo prédio continuariam funcionando outras escolas militares até o início do século XX. Entre os diversos oficiais formados destacam-se nomes como os de Generais Castelo Branco, Costa e Silva, Eurico Gaspar Dutra, Getulio Vargas. Extinta a função militar o prédio sediou por muito tempo ainda o colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Pela importância cultural e arquitetônica, a comunidade Rio Pardense conseguiu restaurar o prédio para a instalação do Centro Regional de Cultura de Rio Pardo.



11-Colégio Militar (Centro Regional de Cultura de Rio Pardo)

Foto: Claudiana Y Castro

* A antiga Casa da Câmara e Presídio, localizada na rua General Andrade Neves, tem importância histórica no primeiro período de organização administrativa do Rio Grande do Sul. O prédio da Câmara, a partir de 1811, correspondia ao local de organização das funções judiciária e administrativa, e também, de elaboração de posturas e leis para a vila de Rio Pardo e demais localidades pertencentes ao seu território. Junto a câmara funcionava também a cadeia, função que o prédio ainda exerce atualmente. Apesar de ser marcado nitidamente pela influencia da arquitetura eclética, o prédio pertenceu originalmente ao período da arquitetura colonial portuguesa. A antiga câmara abriga hoje na parte da frente da casa, o Museu Zoológico de Rio Pardo.



12- Antiga Casa da Câmara e Presídio

Foto: Claudiana Y Castro

* Solar Panatieri, esta localizado na rua Andrade Neves, esquina com a rua da Ladeira. Foi construída no final do século XVIII e início do século XIX, é típica da arquitetura colonial portuguesa. Este sobrado quando de propriedade do Juiz Abílio Álvaro, recebeu em 1865 a visita de D. Pedro II, que esteve de passagem por Rio Pardo para assistir a rendição das forças de Lopez durante a Guerra do Paraguai. Atualmente abriga o Espaço Cultural Panatieri.



13- Espaço Cultural Panatieri

Foto: Claudiana Y Castro

*O Prédio do antigo Hotel Brasil, esta localizado na rua General Andrade Neves, foi construído no século XX, sendo que a partir de 1904, o prédio abrigou a Prefeitura Municipal de Rio Pardo. Atualmente abriga a Secretaria Municipal de Turismo e Biblioteca Municipal.



14- Antigo Hotel Brasil e Prefeitura Municipal

Foto: Claudiana Y Castro

* A sociedade do Clube Literário e Recreativo foi fundada em finais do século XIX, nas dependências do Teatro Sete de Setembro em 1º de janeiro de 1886. Sendo utilizado, primeiramente, vários espaços de forma provisória, os membros do clube lançaram-se a construção de um prédio próprio, que seria inaugurado em 1909. A obra arquitetônica tem influências do ecletismo.



15- Clube Literário e Recreativo

Foto: Claudiana Y Castro

* A Rua da Ladeira foi uma das primeiras a serem pavimentadas no estado, com a data provável de seu calçamento tendo sido estimado em 1813. Nesta época constituía uma importante via de comunicação da área portuária de Rio Pardo com a rua principal, Santo Ângelo. Pela rua da ladeira passavam as mercadorias trazidas do porto e que seguiriam, mais tarde para as longínquas regiões de toda a fronteira do Rio Pardo. Sendo bastante íngreme sua pavimentação facilitaria o trabalho de escoamento das águas pelo eixo principal da rua. Na ladeira encontram-se ainda alguns frades, elementos de forma cônica, utilizados para amarrar os cavalos. Pelo reconhecimento histórico e importância de sua preservação foi tombada pelo Patrimônio Artístico e Histórico Nacional em 1954.



16- Rua da Ladeira

Foto: Claudiana Y Castro

* Ponte do Couto, foi construída em 1948 na estrada que atravessava a várzea e arroio do Couto para facilitar a comunicação entre a cidade de Rio Pardo e os distritos do Couto, Taquari e Santo Amaro. O distrito de Couto, que no início da ocupação foi sede dos Dragões que vigiavam suas passagens estratégicas, foi escolhido, posteriormente para local de colonização açoriana.



17- Ponte do Couto

Foto: Claudiana Y Castro

* Frederico Augusto Hanemann, considerado o pai da apicultura no país trouxe as primeiras abelhas da Saxônia, na Alemanha. Hanemann se radicou em Passo da Areia, Rio Pardo, onde construiu a Fazenda Abellina em 1868 e desenvolveu a apicultura. Ele é responsável pela criação da centrífuga extratora de mel, considerada a primeira do mundo. Hoje este importante sítio recuperado de suas ruínas, transformou-se em um aprazível local de turismo histórico, ecológico e rural. Na fazenda é produzida artesanalmente a cachaça Abellina. Localiza-se a 7 Km da sede em direção ao Município de Cachoeira do Sul.



18- Fazenda Abellina

Foto: Claudiana Y Castro

* A Semana Santa é um evento religioso que inclui a Encenação da Paixão e Morte de Cristo e a Procissão da Sexta-Feira Santa. Este evento é realizado no município há mais de 150 anos. A encenação é uma atividade realizada pela população Rio Pardense há várias décadas. Como o nome já diz a procissão acontece na Sexta-Feira Santa, considerado um evento histórico, com caráter comunitário e religioso que relembra a *Via Crucis*- trajeto realizado por Jesus Cristo carregando a cruz. Centenas de fiéis participam da caminhada, relembando o sofrimento de Jesus, acreditando que desta

maneira também estão pagando seus pecados.



19-Procissão de Sexta-Feira Santa

Foto: Claudiana Y Castro



20- Procissão de Sexta-Feira Santa

Foto- Claudiana Y Castro

* Carnaval de Rua de Rio Pardo é conhecido como um dos melhores da região, com seus blocos de carnaval anima toda a comunidade Rio Pardense.



21- Carnaval de Rua

Foto: Claudiana Y Castro

* Os sonhos portugueses fazem parte do patrimônio cultural imaterial de Rio Pardo. Em 2001, foi criada a primeira edição da Feira dos Sonhos de Inverno no município de Rio Pardo, buscando a revitalização do patrimônio que foi herdado dos portugueses.



22- Sonhos Portugueses

Foto: Claudiana Y Castro



23- Feira dos Sonhos de Inverno de Rio Pardo, 2005

Foto: Claudiana Y Castro

* A Festa Portuguesa aconteceu no município de Rio Pardo, durante o 5ª Feira dos Sonhos de Inverno, nos dias 5, 6 e 7 de agosto de 2005. Evento que tem como objetivo revitalizar a cultura portuguesa, ou seja, os costumes, a gastronomia, o modo de vestir e a música de Rio Pardo para os Rio Pardenses. A determinação, a coragem, o pioneirismo dos antepassados portugueses deixaram de ser características admiradas e contadas apenas como história, foram revitalizadas e vivenciadas.



24- Festa Portuguesa de Rio Pardo, 2005.

Foto: Claudiana Y Castro

* Formada pelo encontro dos Rio Pardo e Jacuí, o local é dotado de excelente infra-estrutura, bares, camping e barco de passeio, é o local onde acontece a Festa do Peixe.



25- Praia dos Ingazeiros

Foto: Claudiana Y Castro

* Dotado de excelente infra-estrutura, com camping, bares, salão de festas e restaurante, além das casas flutuantes de veraneio. Excelente local

para descanso com a família.



26- Balneário Porto Ferreira

Foto: Claudiana Y Castro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Um sonho sonhado sozinho é, apenas um sonho.
Um sonho sonhado junto é realidade”.

Raul Seixas

A oportunidade de cursar o Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, permitiu à autora a realização deste trabalho acadêmico que proporcionou novos conhecimentos sobre o Município de Rio Pardo e seu patrimônio histórico-cultural, uma vez que as experiências anteriores remetiam à percepção de visitante da cidade. O processo de desenvolvimento da pesquisa teórica, as entrevistas durante a pesquisa de campo, a sistematização das informações e a organização do trabalho como um todo, permitiram a compreensão da cidade de Rio Pardo e a importância do processo de valorização do patrimônio cultural. A metodologia utilizada proporcionou à pesquisadora vivenciar o cotidiano da cidade, o que particularmente contribuiu muito para a conclusão desta pesquisa.

No estudo das Representações Sociais dos sujeitos sobre o patrimônio histórico-cultural do Município de Rio Pardo, adotou-se a abordagem da psicologia social, pois a mesma envolve aspectos de natureza cognitiva, afetiva e social. No que tange à pesquisa, esta teoria serviu de aporte para o conhecimento dos significados, da relação e das práticas da comunidade com respeito ao patrimônio histórico-cultural. Trata-se de uma teoria que permite aceder ao conhecimento sobre o que as pessoas sabem, o que sentem em relação a este patrimônio, pois um modo de conceber as Representações Sociais consiste em entendê-las como a expressão do que pensa ou acha determinada população. Este pensar, por sua vez, pode se manifestar, dentre outros modos, através de um conjunto de discursos verbais emitidos por pessoas desta comunidade. Em outras palavras, conhecer as Representações

Sociais consiste em entender os sujeitos entrevistados em Rio Pardo, no seu cotidiano. Conforme a teoria das Representações Sociais, um discurso está ancorado, quando é possível encontrar nele traços lingüísticos explícitos de teorias, hipóteses, conceitos, ideologias, existentes na sociedade e na cultura e que estes estejam internalizados no indivíduo. Este tema é sobremaneira complexo, porque parte das representações culturais das cidades, que passam a fazer parte muitas vezes de escolhas e preferências de agências e órgãos oficiais de cultura e turismo e nem sempre estão ancoradas em pesquisas e estudos sobre a história e a cultura destes lugarejos. Imagens e representações são forjadas, criando estereótipos e valores que por vezes mitificam determinadas categorias, e por outras excluem passados, memórias e saberes.

Buscando responder ao questionamento proposto para a pesquisa, verifica-se que os elementos que constituem as Representações Sociais dos sujeitos entrevistados sobre o patrimônio histórico-cultural estão ligados à história do município, ou seja, aos fatos históricos, aos prédios, às primeiras ruas, às igrejas, ao prédio da antiga intendência, à cultura imaterial presente até a atualidade. Salienta-se também que as Representações Sociais dos sujeitos entrevistados, estão relacionadas com o que o poder público divulga na folheteria turística. Isso comprova a teoria de Moscovici, de que as representações sociais são construídas pela mídia, neste caso, o *folder* turístico que é uma mídia impressa, que circula no espaço público. Ou seja, o sujeito constrói, reproduz e manifesta Representações Sociais no espaço público que ao mesmo tempo é social e valoriza a individualidade de cada um.

Assim, as normas, regras e concepções da sociedade vão sendo internalizadas pelo sujeito. Moscovici (1978), dentre outros teóricos, destaca que o homem não absorve os conteúdos tais quais lhe são repassados. Ao contrário, segundo ele, os sujeitos os reformulam quando com eles se deparam. Essa reformulação ocorre principalmente devido ao fato de o indivíduo ser ativo e não meramente passivo diante do mundo. Ele pode às vezes simplesmente reproduzir os significados recebidos, mas em outras, a apropriação que faz da realidade passa por um processo de reorganização dos significados que lhes foram fornecidos. Com isso, pode-se verificar que os

sujeitos entrevistados internalizam as informações divulgadas como patrimônio e produzem Representações Sociais próprias de suas percepções.

Uma das funções das Representações Sociais, como visto na revisão bibliográfica, é permitir compreender e explicar a realidade, trata-se de um saber prático do senso comum, isto é, há um conhecimento comum construído socialmente, o que aproxima o entendimento de Moscovici e Jodelet sobre tal conhecimento - o do senso comum.

O que primeiro se destaca é a semelhança das idéias que, predominam nas Representações Sociais dos sujeitos entrevistados e na folheteria turística. Este compartilhamento de idéias é reforçado por Moscovici (1978) e Jodelet (1986).

É possível perceber que a folheteria turística apresenta o contexto histórico pelo qual o município passou e que isto está representado nas falas dos sujeitos entrevistados. Entretanto, também é possível verificar que existem representações subjetivas a cada entrevistado, que elege como patrimônio aquilo que mais marcou em sua vida.

Na fala dos entrevistados pode-se perceber o elo afetivo dos mesmos com a cidade, a questão da história, o valor do antigo, dentre outras possibilidades de significados. Os entrevistados salientam a importância do patrimônio histórico-cultural para as suas vidas, pois fizeram, fazem e farão parte da história de vida de cada um dos cidadãos do Município de Rio Pardo.

De uma forma geral, as Representações Sociais dos sujeitos entrevistados estão vinculadas às questões históricas e culturais, ligadas à dinâmica de suas vidas pessoais, ou seja, aos prédios, aos eventos que aconteceram e acontecem na cidade até hoje. Por mais que muitos elementos do patrimônio estejam em mau estado de conservação os sujeitos entrevistados sentem respeito e orgulho por este patrimônio pertencer a eles.

Especificamente, percebem-se algumas coincidências entre as Representações Sociais dos sujeitos e a folheteria turística, destacando-se a religiosidade, que é um elemento que se apresenta no *folder* turístico através das igrejas e também do evento Semana Santa de Rio Pardo. Os entrevistados representam estes elementos como patrimônio, visto que os cidadãos fazem o sinal da cruz quando estão passando pela frente de alguma igreja do município, o que foi observado durante a pesquisa de campo. Os residentes

freqüentam os eventos relacionados à igreja, bem como as celebrações religiosas realizadas nos domingos pela manhã, o que comprova a importância da religião como patrimônio cultural.

O Solar do Almirante Alexandrino, que é hoje o Museu Barão de Santo Ângelo, é representado pelos entrevistados como um elemento muito significativo do patrimônio histórico-cultural, pois este prédio serviu de escola à comunidade e hoje guarda relíquias históricas do Município, que os entrevistados consideram importantes para a continuidade cultural.

A Escola Militar é outro elemento que é representativo do patrimônio histórico-cultural dos entrevistados. Este espaço tem um valor imensurável para os mesmos, sendo que no ano de 1991, foi fundada a União dos Ex-Alunos e Amigos do Auxiliadora (UNEAMA), buscando a revitalização da Escola para fins culturais. Hoje, a escola é denominada, Centro Regional de Cultura, abrigando cursos e exposições de artes plásticas locais e regionais, biblioteca, entre outras atividades que são desenvolvidas neste espaço.

Pode-se constatar que alguns entrevistados expressam a importância da Rua da Ladeira, que serviu durante muitos anos como via para o fluxo de mercadorias, sendo salientada a sua importância na época para o escoamento da produção.

Grande importância também é dada ao Forte Jesus Maria José como um símbolo da formação do município. Os entrevistados ressaltam o papel do forte no início da cidade de Rio Pardo. Outro elemento que é representado pela sua importância na história é o Solar Panatieri, propriedade particular que hospedou D. Pedro II em visita a Rio Pardo. Uma das entrevistadas que é a proprietária do prédio, ressalta a importância do lugar como patrimônio cultural à atual e às futuras gerações.

O prédio que hoje abriga a Secretaria de Turismo foi primeiramente um hotel, e em um segundo momento, abrigou a prefeitura municipal. A maioria dos entrevistados representa-o como patrimônio cultural devido a sua importância política e administrativa no cotidiano da cidade.

Com relação aos eventos que se referem à cultura, a Festa dos Sonhos, é ancorada pelos entrevistados como uma opção de revitalizar e manter vivo o

patrimônio, bem como gerar renda à comunidade através do turismo cultural. Já a Festa Portuguesa, é um evento criado em 2005, pelo poder público, com o objetivo de resgatar todo o legado dos portugueses e açorianos que colonizaram o município. Os entrevistados ressaltam a importância do mesmo no que diz respeito à revitalização das manifestações culturais no município. Conforme observação realizada durante a Festa, pode-se comprovar a dedicação dos Rio Pardenses. A comunidade se mobilizou e decorou as vitrines das lojas comerciais, a parte externa das residências e ainda participou do evento com roupas típicas portuguesas.

Podem-se destacar algumas Representações Sociais que não aparecem na folheteria turística, mas sim nas falas dos sujeitos entrevistados. Para aqueles que participaram do estudo, o patrimônio imaterial é um elemento forte que existe na comunidade de Rio Pardo e que não é valorizado pela folheteria turística. Pode ser citado como exemplo, o ofício das senhoras doceiras que fabricam compotas e doces, da mesma forma como as suas mães faziam antigamente.

Durante a entrevista feita com um casal, verificou-se que as representações dos mesmos não coincidiam com o que o vizinho representava, sobre o patrimônio. Surge a dimensão do conflito onde cidadãos da mesma comunidade com edifícios, prédios, casas e residências históricas não compartilham da mesma Representação Social sobre o que seja importante valorizar e preservar. Esta informação é relatada neste momento com o objetivo de salientar que apesar do discurso do poder público enfatizar que o legado português é importante para os Rio Pardenses, os mesmos não se sentem parte disso, desconsiderando a importância de preservação de seus patrimônios.

Observa-se que nas falas dos entrevistados a Representação Social desse patrimônio está presente na gastronomia, nos saberes e fazeres, nas crenças, que eles consideram como um patrimônio simbólico, herdado dos colonizadores. Vale destacar a gastronomia que está sendo valorizada pela atual gestão com a realização da Festa Portuguesa. Na folheteria turística não se encontrou nenhuma indicação da gastronomia como patrimônio cultural.

O artesanato é outro elemento representado como patrimônio cultural

pelos entrevistados, mas que não está presente na folheteria turística. De acordo com os entrevistados o artesanato é uma herança dos colonizadores do Município, eles utilizavam a palha de trigo para fazer utensílios e brinquedos, como bonecas para as crianças.

Observa-se que existem alguns elementos da folheteria turística que não aparecem nas Representações Sociais dos sujeitos. Na análise dos folhetos pode-se destacar a Ponte do Couto, que é um atrativo turístico. No entanto, não é representado pelos entrevistados como sendo patrimônio histórico-cultural. O Carnaval de Rua, destacado pelo poder público como um dos melhores da região, não aparece nas Representações Sociais dos entrevistados como patrimônio cultural. Este elemento até é citado por um dos entrevistados mas não é ancorado como patrimônio.

O balneário Porto Ferreira, apesar de muitos cidadãos terem casa neste local, não é representado como patrimônio. Ao mesmo tempo, a praia dos Ingazeiros, que é um atrativo natural divulgado como patrimônio natural de Rio Pardo não se efetiva nas representações dos entrevistados.

A sede da Fazenda Abellina, é um elemento divulgado pelo poder público como patrimônio, porém em nenhum momento foi relacionado como patrimônio histórico-cultural pelos sujeitos entrevistados, por ser uma propriedade particular.

A Casa da Câmara e Presídio, o Clube Literário e Recreativo são outros dois elementos considerados como patrimônio pelo poder público, porém não foram representados pelos entrevistados como patrimônio histórico-cultural.

A partir disso, observa-se que o discurso do poder público sobre o que é patrimônio histórico-cultural do Município de Rio Pardo, está sendo aceito em parte pelos entrevistados. Ou seja, alguns elementos que são apresentados pelo poder público como patrimônio cultural, não são assim reconhecidos pelos entrevistados, enquanto que outros são representados pelos entrevistados e não são apresentados pelo poder público.

Outrossim, verifica-se que nos últimos anos os governos municipais estão desenvolvendo ações fundamentais de valorização e preservação do patrimônio, e isso está sendo interiorizado pelos cidadãos. O processo da vida

é dialético e contraditório quando não compreendido nas dimensões e complexidades do sistema. Observa-se um processo dialético, onde o próprio cotidiano influencia na construção das Representações Sociais dos sujeitos entrevistados no Município de Rio Pardo.

Os sujeitos entrevistados apropriam-se dos elementos divulgados como patrimônio pelo poder público e interiorizam o discurso gerando as Representações Sociais enquanto residentes do município.

É importante salientar também, que ao longo deste trabalho perceberam-se as diversas iniciativas e manifestações da população local acerca da preservação e valorização do patrimônio cultural através do turismo, o que se revela como um fator importante para o planejamento participativo e elemento fundamental para a permanência dos valores históricos e culturais no Município de Rio Pardo.

O patrimônio histórico-cultural é uma opção que, para parte dos entrevistados representa um atrativo para o turismo cultural, sendo que, as pessoas que compartilham dessa visão, entendem a importância da valorização e preservação desse patrimônio. Já outra parte dos entrevistados não vê o patrimônio como legado e como atrativo turístico.

A partir das informações colhidas pode-se concluir que as Representações Sociais sobre o patrimônio histórico-cultural, são construídas tendo o discurso do poder público como pano de fundo. As Representações Sociais ajudam a decodificar a vida cotidiana, tornando possível atribuir a toda figura um sentido e a todo sentido uma figura. Assim, pode-se concluir que é o processo de representação que permite a comunicação entre os indivíduos de um grupo social, é a visão, idéias e imagens dos sujeitos sobre a realidade que os cerca, às quais estão vinculadas as suas práticas sociais.

O apelo ao desenvolvimento do município através da atividade turística, com o objetivo de gerar renda à comunidade é aceito pelos sujeitos entrevistados, que vê no Turismo, a alternativa viável para o desenvolvimento da cidade e preservação dos bens históricos. Com as entrevistas realizadas observa-se o apego dos sujeitos ao patrimônio, mas mais evidente ainda, a busca da geração de renda através da atividade turística. Isso se percebe

também pelo discurso do poder público, que salienta a importância do turismo como uma atividade que pode desenvolver o município e melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A.S. P; OLIVEIRA, D.C. de. (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000.

_____.O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

ACHUTTI, L. E.R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

AVELATO, H. M.R. Qualidade: um mito pós-moderno. In TEVES, N., RANGEL, M. (Org.) **Representação Social e Educação**: Temas e enfoques contemporâneos de pesquisa. São Paulo: Papirus, 1999.

ASCANIO, A. Turismo: la reestructuración cultural. In: **PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. Disponível em <http://www.pasosonline.org.vol1>, n1. 2003. Acessado em 23 de agosto de 2006.

AZEVEDO, J. Turismo, Cultura, Patrimônio. In: Coroliano, L.N.M.T. (Org), **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. Cultura, patrimônio e turismo. In: IRVING, M. & AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

BARROSO, V. L. M. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul, In: WEIMER, G. **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1994.

BARBOSA LESSA, L. C. **Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo.** Rio de Janeiro, Globo, 1984.

BAUER, M. A popularização da ciência como "imunização cultural": a função de resistência das representações sociais. In: GUARESCH P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BALLART, J. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso,** Barcelona, Ariel. Patrimonio Histórico, 1997.

BARRETTO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** Papirus, Campinas, SP, 1995.

_____. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades de planejamento. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **Turismo e patrimônio:** meios ou fins? In: Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural: UNIBERO. n1, 2001.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo.** 5.ed. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Análise Estrutural do Turismo.** 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BOSI, E. **Memória e Sociedade.** Lembranças de Velho São Paulo Edusp, 1994.

CAMARGO, H. L. **Planejamento de Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo. 2000.

_____. **Patrimônio Histórico e Cultural.** São Paulo: Aleph, 2002.

CAMPOS, L. C. de A. & GONÇALVES, M. H. B. **Introdução ao turismo e hotelaria.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1980.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2002.

FREIRE, D; PEREIRA, L. H. História Oral, memória e turismo cultural. IN: MURTA, S.M; ALBANO, C. (Orgs). **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FUNARI, P. P. & PINSKY, J. (Orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto: 2001.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ- IPHAN, 1997.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). Introdução. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S.(orgs). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GILLY, M. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GUIMELLI, C. **La Pensée Sociale**. Collection "Qui sais-je" nº 3453. Paris:

Presses Universitaires de France, 1999.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALLAL, D. R. **As Representações Sociais do Turismo**: Estudo Exploratório junto a Comunidade Local de Pelotas, Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, 2004.

HAGUETTE, A. **Dialética hoje**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1990.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBAÑEZ GARCIA , T. **Ideologias de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

_____. **Censo Demográfico**. 2000.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: Ministério da Cultura, Iphan, 1995.

_____. **Site Institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acessado em 16 de dezembro de 2005.

JODELET, D. "Représentations sociales: um domaine em expansion". In: JODELET D. (Org.) **Les Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France. Collection Sociologie D aujourd'hui. 1989.

_____. **As representações sociais**. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KONDER, L. **O que é dialética**. Editora brasiliense: São Paulo, 1981.

LAPLANTINE, F. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea à luz de uma experiência brasileira. In: **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LAYTANO, D. de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livrero, 1983.

_____. **Almanaque de Rio Pardo**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tip. do Centro S.A., 1946.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, et al. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2000.

LEFRÈVE, F; VIEIRA TEIXEIRA, J. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Org. Fernando Lefevre, Ana Maria Cavalcanti Lefreve, Jorge Juarez Vieira Teixeira. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MACEDO, F. R. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968.

_____. **Arquitetura no Brasil e Araújo Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed da Universidade/ UFRGS, 1984.

MCKERCHER, B.; DU CROS, H. **Cultural Tourism**. The partnership between tourism and cultural heritage management. Binghamton: The Haworth Hospitality Press, 2002.

MEDEIROS, L. **Formação da sociedade Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed da Universidade / UFRGS, 1975.

MELO, Denise Madsen. Patrimônio e Planejamento Urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, v.6, n.6, p. 7-44, dez. 1998.

MINAYO, C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

MOESCH, M. **A Produção do Saber Turístico**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOREIRA, A. P.; OLIVEIRA, D. C de. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO:AB, 1997.

MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000.

MOSCOVICI, S. **A Representação da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representação Social**. Londres: Academic press. 1981.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2. ed. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Pensamiento y vida social**. Barcelona/ Buenos Aires/ México: Paidós: Psicologia Social, 1984.

_____. IN: SAGER, F. **Representações Sociais do ambiente físico da pré-escola**. Tese de Doutorado. 2002.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado**: Um guia. Belo Horizonte: Sebrae, 1995.

MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (orgs). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

NOGUEIRA, C. R. D. **O Patrimônio Cultural como potencialidade para o desenvolvimento do turismo**: o caso da região turística missioneira . In.: Turismo e Cultura. A história e os atrativos regionais. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

OLIVEIRA, M. C. **Representações sociais do turismo na Praia do Campeche/Ilha de Santa Catarina**: por uma abordagem interdisciplinar. (2003) Disponível em cfh.ufsc.br/dich/resumo_mariaconcei_teses.htm. Acesso em 12/10/2005.

OLIVEIRA, F. O. de; WERBA, G C. Representações sociais. In: STREY, M. N. [et al]. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PAIVA, C.S. **O aluno trabalhador e o ensino superior nas representações dos sujeitos dos processos**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. Dissertação de Mestrado.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. 2ed. São paulo: Manole, 2002.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2 Ed. Campinas: Papirus, 1997.

PRATS, L. **El concepto de patrimonio cultural**. Política y sociedad. Madrid: Universidad de Barcelona, . n. 27,1998.

REZENDE, M de Q. **Rio Pardo**: historia, recordações, lendas. 3 ed.1993.

RIBEIRO, M. A atratividade dos centros urbanos e o turismo. In: GASTAL, S. (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

RIO PARDO. **Site do Municipio de Rio Pardo**. Disponível em www.riopardo.rs.gov.br, acessado em 11 de Janeiro de 2005.

RHODEN, L. F. **Urbanismo no Rio Grande do Sul**: origens e evolução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SÁ, C.P. de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda, 1996.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2000.

SANTOS, M. de F. de S. Representação social e identidade. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000.

SANTOS, C. R. **Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2001.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 14 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SÁNCHEZ DEL BARRIO, A. **Arquitectura popular. Construcciones secundarias**. Valladolid, Castilla, 1995.

SOUZA, S.S. **Comerciantes em Rio Pardo-RS**: atuações comerciais e relações sociais (1800-1835). Porto Alegre, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- PUC/RS, 1998. (Dissertação Mestrado em História do Brasil).

SCHNEIDER, L. C. **Rio Pardo**: Evolução Urbana e Patrimônio Arquitetônico-Urbânico, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

SCHIAVO, C & ZETTEL, J (Coord.). **Memória, Cidade e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

SPINK, J. M. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P., JOVCHELOVITCH, S. (org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis:Vozes, 1995.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral/ Paul Thompson, tradução Lólio Lourenço de Oliveira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, S.F, **A questão do patrimônio cultural**. Disponível em <http://www.valedoparaiba.com>, acesso em 20 de outubro de 2005.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 7 maio de 2005.

VOLDMAN, D. **Definições e usos**, (1992). In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. (Orgs) Usos e abusos da história oral. Ed. FGV, 1998.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D. C. (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000.

WARNIER, J.P. **A Mundialização da Cultura**. Trad. Luis Felipe Sarmiento. Lisboa: Notícias. 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado (a) Senhor (a)

Sou estudante do curso de Mestrado em Turismo da Universidade de

Caxias do Sul. Estou fazendo uma pesquisa sobre as representações sociais dos moradores de Rio Pardo relacionado ao Patrimônio Histórico - Cultural Gostaria de contar com a sua colaboração.

Dados de Identificação

1. Sexo

a) () Masculino b) () Feminino

2. Idade

3. Profissão ou função

4. Residente de Rio Pardo

5- Qual a importância do patrimônio histórico- cultural de Rio Pardo para você?

6- Você conhece estes elementos?

7- Você sabe onde é?

8- Você já os visitou?

9-Quais as lembranças que você tem destes elementos?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Está sendo realizada uma pesquisa intitulada “As Representações Sociais da comunidade local de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e sua relação com o Turismo”, com o objetivo de analisar as relações entre a representação social da comunidade local de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística. Para a realização desta pesquisa, estão sendo realizadas entrevistas junto a residentes do centro de Rio Pardo.

O Projeto de Pesquisa é da acadêmica Claudiana Y Castro e a orientação é da Profa. Dra. Margarita Barretto da Universidade de Caxias do Sul. A pesquisa consta de uma entrevista com questões relacionadas as relações estabelecidas entre a representação social dos moradores de Rio Pardo e a folheteria

turística.

Todas as informações resultantes da entrevista será de uso exclusivo para o estudo de caso, sendo utilizadas com a única finalidade de fornecer elementos para a realização da investigação para a dissertação do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, ou dos relatórios e artigos que dela resultem. É garantido total sigilo, para o entrevistado. Em nenhum momento os dados coletados serão utilizados para qualquer medida punitiva ou de fiscalização.

Qualquer dúvida ou informação a respeito da pesquisa poderá ser esclarecida diretamente com o Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Turismo, pelo telefone (54) 3218-2100 ramal 2621, com Tiziana Fontanella e/ou pelo email tfontane@ucs.br.

Declaro que, de acordo com as informações que me foram dadas, consinto que o estudo seja realizado com o diretor da comissão.

Eu, _____ concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

Rio Pardo , ____ de _____ de 2006.

Entrevistado:

Assinatura:

Entrevistadora: Claudiana Y Castro

Assinatura:

ANEXO

Anexo A

Carta de Rio Pardo

Documento resultante do 1º Fórum sobre o Patrimônio Arquitetônico de Rio Pardo - Iniciativa Pública e Privada, envolvendo a temática da conservação do patrimônio e desenvolvimento urbano em cidades de pequeno e médio porte.

No dia 06 de outubro de 2003, durante o Primeiro Fórum do Patrimônio Arquitetônico de Rio Pardo - RS, organizado pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Rio Pardo, da Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo, da

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, e contando com apoio da Federação e Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS, da Prefeitura Municipal de Rio Pardo e do Conselho Municipal de Turismo, reuniram-se representantes da iniciativa pública e privada considerando que:

- a necessidade incontestável de valorização das ações ligadas a conservação patrimonial em cidades de pequeno e médio porte, sobretudo aquelas consideradas de extrema relevância pelos seus valores históricos, artísticos e culturais, bem como a busca de sua efetiva integração com as estratégias de desenvolvimento econômico, social e urbano conduz a busca de alternativas inovadoras e a urgente necessidade de aprimoramento das discussões sobre a conservação ambiental em âmbito público e privado;

- a existência de um amplo arcabouço legal internacional e nacional sobre a temática da conservação e preservação patrimonial pressupõe a necessidade de articular uma maior aproximação entre todos atores envolvidos na proteção do acervo patrimonial incentivando-se a formação de parcerias na elaboração de projetos relacionados ao tema e a busca de recursos humanos e financeiros;

Com base nessas considerações iniciais, este fórum aponta para as seguintes recomendações e diretrizes gerais para municípios de pequeno e médio porte da região:

- existe a necessidade de atualização das leis municipais quanto à legislação nacional e estadual pertinentes ao tema da conservação patrimonial bem como a revisão e implementação de planos diretores em municípios de pequeno e médio porte que ainda não o fizeram.

- recomenda-se a criação de políticas públicas e incentivos a projetos que envolvam a recuperação, conservação e desenvolvimento ambiental bem como a inclusão deste tema nas definições de planos regionais;

- a implementação de um sistema de planejamento municipal deve considerar a necessidade de contratação ou assessoria permanente de técnicos especializados no desenvolvimento ou aprovação de projetos relacionados à conservação e restauro patrimonial;

- existe a necessidade de realização de pesquisas e trabalhos científicos fundamentais para embasar tomadas de decisão junto ao planejamento de ações voltadas a conservação do patrimônio cultural e natural;

- recomenda-se que sejam definidas em cada município diretrizes e estratégias gerais integradas às ações que são empreendidas para conservação ambiental e desenvolvimento, sugerindo-se portanto que seja realizado pelos municípios de pequeno e médio porte da região um plano geral de atuação que considere especificamente a temática “Patrimônio e Desenvolvimento”;

- sugere-se que a necessidade de continuidade na discussão do tema deste fórum tenha seu resguardo definido na criação ou consolidação de espaços institucionais específicos como os conselhos municipais e comissões técnicas abertas à participação popular;

- recomenda-se também a criação de estratégias de resgate e valorização da história e práticas culturais dos diferentes grupos sociais, incentivando-se uma política pedagógica patrimonial e ambiental voltada sobretudo para o ensino fundamental e médio bem como aos agentes privados e públicos da

comunidade local;

sugere-se a inclusão de disciplina específica em escolas públicas e privadas da região com conteúdos pertinentes ao tema patrimônios e valores culturais, históricos, artísticos, entre outros;

sugere-se também que as instituições públicas responsáveis pela preservação patrimonial em âmbito nacional e estadual sejam consultadas sobre todas ações previstas pelos municípios e que se constituam em parcerias efetivas na assessoria técnica e implementação dos planos de conservação patrimonial, contribuindo assim para o seu reconhecimento;

Encaminhamentos do Fórum considerando as especificidades do Patrimônio da cidade de Rio Pardo:

como ponto de partida para iniciativas que digam respeito ao resgate e valorização do patrimônio em cidades de pequeno e médio porte, sugere-se que Rio Pardo, enquanto referência histórica e cultural para a região e o Rio Grande do Sul, seja a primeira cidade a receber a elaboração de um plano de conservação geral envolvendo parcerias em âmbito público nacional, estadual e municipal bem como agentes privados e representantes da comunidade local. Com o objetivo de atingir este fim, sugere-se ainda que seja constituído a partir deste fórum um grupo de trabalho responsável pela proposição de diretrizes e estratégias gerais voltadas à integração entre patrimônio e desenvolvimento social, cultural e econômico. Este Fórum, por intermédio da Carta, apoia o encaminhamento à Assembléia Legislativa do Projeto de Lei instituindo áreas históricas na cidade de Rio Pardo bem como em outras regiões históricas do estado;

Fica definida a continuidade deste Fórum através da sua segunda edição a ser organizado em outubro de 2004 em Rio Pardo e ampliando seu tema para Patrimônio Cultural.

A articulação de um grupo de trabalho responsável pelos encaminhamentos e definições de diretrizes gerais para conservação ambiental da cidade de Rio Pardo é de responsabilidade dos organizadores desse evento. Nesse sentido manifestaram-se como participantes a Promotoria Pública de Rio Pardo, a Associação Comercial e Industrial de Rio Pardo, a Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo, a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC entre outras instituições e representações da comunidade a serem convidadas a participar das reuniões de trabalho.

Rio Pardo, 06 de outubro de 2003.

ACI – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Rio Pardo
 Agência de Desenvolvimento de Rio Pardo
 Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
 Núcleo de Planejamento Urbano e Gestão Municipal
 Curso de Arquitetura e Urbanismo.

